

ALBERTO MUSSA

Elegbara

[NARRATIVAS]



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

ALBERTO MUSSA

Elegbara

[NARRATIVAS]



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2005

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M977e Mussa, Alberto, 1961-
Elegbara [recurso eletrônico] / Alberto Mussa. – Rio de Janeiro : Record, 2011.
Recurso Digital

Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-01-09369-1 (recurso eletrônico)

1. Conto brasileiro. 2. Livros eletrônicos. I. Título.

11-0255 CDD: 869.93
CDU: 821.134.3(81)-3

2ª edição (1ª edição Record)

Copyright © Alberto Mussa, 2005

Projeto gráfico da versão impressa: Regina Ferraz
Pintura da capa: Denize Torbes

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste
livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos exclusivos desta edição reservados pela
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – 20921-380 – Rio de Janeiro, RJ – Tel.: 2585-2000

Produzido no Brasil

ISBN 978-85-01-09369-1

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos
lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002



Sumário

Prefácio à edição 2005 – *Hermano Vianna*

Estas narrativas – *Antonio Houaiss*

A primeira comunhão de Afonso Ribeiro

A mulher vedada

Elegbara

O enforcado

A cabeça de Zumbi

O último neandertal

Os sábios de Tombuctu

Os crimes da rua da Vala

O mérito de Féti

Alcácer Quibir

Sobre esta edição

Prefácio à edição 2005

Na orelha de *O enigma de Qaf*, Marco Lucchesi diz que aquele livro representa “uma espécie de salto quântico” na obra de Alberto Mussa. Concordo. Mas acho que essa afirmação não deve ser usada em detrimento dos livros anteriores. Pelo contrário, o salto quântico tem o efeito de trazer tanto *O trono da Rainha Jinga* quanto este *Elegbara* para novos patamares de energia literária.

Antes do *Enigma*, Alberto Mussa enfrentava o risco de ser lido — superficialmente, é claro — como mais um dos milhares de escritores que tentam, a cada frase, desvendar os mistérios da identidade nacional. Mesmo quando uma de suas “narrativas” — como “Os sábios de Tombuctu”, deste *Elegbara* — é ambientada no Mali, o leitor apressado poderia farejar ali alguma “raiz” pitoresca do brasileiro, cujo caráter sempre nos é vendido carregado de tintas “afro” pelo menos desde Gilberto Freyre.

Não era minha impressão: eu sempre lia tudo não como um espelho que refletia “nossa” própria imagem, ou nossas próprias obsessões culturais, mas sim como um lago, por vezes turvíssimo,

que dispersava o reflexo de nossos mitos (profundamente verdadeiros, não discuto) através de um emaranhado de linhas de fuga que desafogavam os “nós” (no sentido tanto do plural de nó quanto plural de eu) que em tantos momentos sufocaram a literatura — e as artes em geral, e também a antropologia, a ciência, a política e assim por diante — do Brasil.

O “salto quântico” de Qaf veio confirmar plenamente que minha impressão não era infundada, libertando a escrita de Alberto Mussa de qualquer fácil vínculo nacionalista ou com a procura de identidade. Atravessando um romance pontuado por letras do alfabeto árabe, descobrimo-nos não no caminho aconchegante de volta ao lar, à origem, mas perdidos no deserto, diante da aridez de um sertão poético universal, primevo, sertão que sempre desnorteia o sentimento de saber quem somos.

Paradoxalmente, o *Enigma* vem esclarecer, desanuviar: agora ler *Elegbara* — que já me parecia uma maravilha — é atividade que ganhou limpidez, apesar de ao mesmo tempo crescer em saborosa dificuldade. A leitura é portanto mais elucidativa: para quem quer ir direto ao mistério, não para quem se contenta com suas beiradas (sobretudo aquelas que posam de transgressoras, como o mercado exige).

Por isso mesmo “A primeira comunhão de Afonso Ribeiro”, narrativa que abre *Elegbara*, por tratar do Descobrimento do Brasil, não deve ser confundida com busca de fundamento. Pelo contrário: a atenção para o fato “secundário”, para o personagem que ficou fora da História, para tudo aquilo que não cabe na História, para o irrecuperável excomungado, retira qualquer solidez do

acontecimento que poderia fundar nossa nação. A verdade escapa por todos os lados.

Tudo então está sob o reino de Elegbara, Exu, Senhor das Encruzilhadas, Aquele que Confunde, que faz pouco caso das verdades estabelecidas pelos mais sábios, para ser mensageiro, mediador entre diferenças, entre diferentes mundos que de outra maneira ficariam eternamente separados com suas leis incompatíveis. A carapuça de Elegbara é vermelha ou preta? Impossível ser vermelha e preta? Depende do ponto de vista, do lugar daquele que vê? Responder sim significa estar condenado ao relativismo ou a um bobo pós-modernismo? Ou há algo além, um mistério ainda maior, cruel e encantador como a Rainha Jinga (sei que é outra obra, mas tudo — em Alberto Mussa — me parece agora sintomaticamente contínuo e beneficentemente confuso), ou como a revelação do túmulo de dom Sebastião, na narrativa que conclui *Elegbara*?

Como disse Antonio Houaiss no prefácio da primeira edição deste livro: “[a] ambigüidade perpassa por estas narrativas de forma deliciosamente clara”. Posso tentar complementar (se não for demasiada ousadia, da qual não posso escapar já que tive a petulância de aceitar o convite para escrever um novo prefácio...): a clareza nos reconcilia com o ambíguo, que pode então ser celebrado — poeticamente, religiosamente, por que não? — com astuta alegria. A alegria que *Elegbara* tem em confundir todo mundo. A alegria que liberta (das verdades nas quais ninguém seriamente acredita) e salva.

Hermano Vianna

Estas narrativas

Estas “narrativas” — tal é o termo proposto pelo autor, Beto Mussa — são assim chamadas porque assim lhes chama o autor; mas, não sendo ele o árbitro, poderiam ser ditas contos, relatos, estórias, histórias, narrações, relações, enredos. E dessa proliferação se veria o fato de que, não sendo inequívoca, abre as portas para o ambíguo, manejado estilisticamente por alguns autores franceses, ingleses, espanhóis, brasileiros, portugueses — quase sempre legíveis, quando não invejáveis. É o caso deste Mussa. Ambíguo, em literatura como em narrativas, é um monstro considerado em geral como nefando — inefável, indizível — e como evitando — vitando, que não se deve praticar.

Daí, a sua prática estilística seletiva.

Não se conclua, com isso, estar o autor, inaugural, também ele fazendo-se ambíguo? Beto Mussa — que há por trás desse semítico ou equivalente Moisés? Não se depreenda — leia-se a primeira narrativa e tome-se o anti-exemplo da personagem Afonso Ribeiro,

cristalinamente falso cristão presente na primeira capitânia de Cabral.

O fato é que o reino da ambigüidade perpassa por estas narrativas de forma deliciosamente clara, numa exemplar língua e linguagem cotidiana, compatível com todos os séculos que se seguem do fictício ou real eixo factual generativo dos modos de contar desde então até agora. A arqueologia verbal (e, por que não, mental?) — a adequação das palavras, por sua cronologia, com o tempo do fato — nem sempre é lembrada, é o caso de *líder e liderança, bioquímica* e em uns poucos casos mais, deglutíveis por sua clareza intemporal.

Mas é que a clareza é buscada de forma diabamente eficaz, para vestir-nos o inverossímil com o verdadeiro, o ambíguo com o claro, o falso claro com um verdadeiro que nos faz sorrir, daí provindo a alegria que vem do autor ao leitor pelo texto produzido, realizado, perfeito, solto, livre com ênfases insuspeitáveis.

Antonio Houaiss

A primeira comunhão de Afonso Ribeiro

para Yonne Leite

*...nã leixe logo de vijr clerjgo pera os bautizar
por que ja emtã teerã mais conhecimento de nossa
fe pelos dous degradados que aquy ãtreles ficam
os quaaes ambos oje tam bem comungaram...*

(Pero Uaaz de Camjnha)

Havia já um mês de singradura e Afonso Ribeiro continuava vomitando, pendurado às amuradas da capitânia, como quem tentasse ejetar os próprios bofes. A marujada o tomava por idiota ou efeminado e não compreendia como aquele fedelho pálido, magro, fraco e apático conseguira ser condenado à pena de degredo, que normalmente exigia criminosos de maior força moral.

Três dias após partirem de Belém, quinta-feira, 12 de março, o respeito que sua condição deveria impor começou a ruir. O incidente ocorreu na despensa. Afonso arrumava provisões de carne salgada e lambia os dedos, eventualmente. O sabor do sal lhe excitou a fome e ele sacou de uma pequena faca para cortar um naco daquela iguaria. O cozinheiro, no entanto, observava; e, tão logo Afonso mordeu um primeiro pedaço, precipitou-se sobre ele, violento, escandaloso, para lhe apertar cruelmente as bochechas na altura da articulação das mandíbulas, como se empunhasse tenazes, até obrigá-lo a cuspir.

Os grumetes se amontoaram ao redor da cena, ansiosos, vendo o terrível degredado ainda com a faca na mão esquerda, massageando com a outra o rosto machucado; e o cozinheiro, gordo e forte, dizendo impropérios com o dedo em riste. Quando a

tensão chegava ao ápice e a maioria já esperava o jorro de sangue, Afonso baixou a cabeça, sempre em silêncio, guardou a faca e se desculpou:

— Foi só um pedacito — disse. E pegou numa vassoura.

A decepção foi imensa. Ninguém imaginara tamanha covardia. A desmoralização só não chegou a ser maior porque ainda havia um ambiente de desconfiança mútua na tripulação, os marujos ignoravam suas forças relativas, os líderes não se tinham imposto. Por isso, nos dias subseqüentes, Afonso foi apenas provocado com alusões jocosas a sua fraqueza. Ao mesmo tempo, alguns vislumbraram naquela atitude a dissimulação dos pérfidos e, de certa forma, o recearam.

Foi só no domingo, 15 de março, que veio o golpe fatal. Frei Henrique insistia em rezar missa no convés superior e para tanto tinha a todos confessado ao longo da semana — exceto ao degredado Afonso.

Os grumetes escutaram quando o próprio franciscano o chamou, autoritário e paternal; notaram a meia hora de confabulação no camarote; e depois testemunharam Afonso Ribeiro disparar em direção da amurada e vomitar como um possesso, seguido de frei Henrique, que parecia exorcizá-lo.

Ninguém compreendeu as causas daquele espalhafato; e, pouco mais tarde, frei Henrique iniciava a missa, tendo ao pé de si o capitão Cabral, o escrivão Caminha e o degredado Afonso — que tremia, suava frio e respirava com dificuldade.

De repente, durante a consagração da hóstia, Afonso Ribeiro não resistiu à ânsia e expediu enorme golfada de vômito, atingindo o altar improvisado, quase inundando a patena. A balbúrdia foi

imediate. O capitão deu um salto, deslocando e derrubando o escrivão Caminha. Os grumetes riram e se agitaram. Um deles — Lopo Eanes —, num esforço de ser útil, segurou o degredado pelas axilas e pôs-se a arrastá-lo para o tombadilho.

Quando frei Henrique já conseguia retomar a atenção dispersa, ouviram a voz de Lopo Eanes:

— O gajo assistia à missa armado!

E exibiu a faquinha, que muitos conheciam. O capitão Cabral, já recomposto, sem tirar os olhos de Deus, rugiu entre dentes:

— Dez açoutes e uma noute a ferros!

Afonso Ribeiro — ou Isaac, como era chamado nas judiarias de Lisboa — tinha dezessete anos quando embarcou para as Índias. Os pais eram de Toledo, no reino de Castela, onde viveram com relativa abastança até terem os bens confiscados pela coroa católica, em 1482, após um processo sumário, ilegal e desumano. A família fugiu imediatamente para Portugal. E Afonso (ou Isaac) nasceu em 25 de dezembro desse mesmo ano, ficando órfão de mãe algumas horas depois.

O pai de Afonso, viúvo e pobre, acabou por se matar nas águas do Tejo, que também corriam por Toledo. Assim, Afonso foi criado pela misericórdia de uns, pelo desprendimento de outros, até ser posto — pequeno ainda — no serviço da casa de dom João Telo.

Lá, não o educaram; mas também não o impediram de freqüentar as sinagogas. Sentia-se bem entre as pessoas do seu credo, mesmo sem ter conseguido descer às profundidades do

Talmude. Afeiçoara-se particularmente a um velho físico, cético e materialista, que — obcecado com a teoria das febres — renegava os profetas e proclamava ser a Terra Prometida uma farsa aviltante e desonesta.

Só chegou a conhecer alguma coisa da doutrina cristã quando, em 1497, el-rei dom Manuel ordenou o batismo dos judeus. Dom João Telo — embora a contragosto — pôs o rapaz sob orientação formal do confessor da família. Afonso foi batizado, mas não pôde compreender o mistério de Jesus e muito menos tolerar os rituais da Igreja. Dois anos depois, ainda a contragosto, dom João Telo concedeu entregar o criado aos aguazis de el-rei. E Afonso Ribeiro teve a pena de morte comutada em degredo: um padre o acusara de ofender a Deus, recusar comunhão, tentar matar o confessor e vomitar num crucifixo.

Foi Pindaíba (e não Suaçutinga, apesar do jejum de sete dias) quem primeiro notou a aproximação das duas naus menores, não se demorando a fazer um grande alarde. O pajé, mesmo fraco, levantou-se de pronto e fixou os olhos místicos naquela aparição colossal e inusitada. Tinha estado ali, diante do mar, durante todo o tempo das privações voluntárias que deveriam lhe trazer uma visão reveladora. Mas não era exatamente aquilo por que esperava. Por isso fez um gesto rude de silêncio na direção de Pindaíba, que prosseguia pulando e gritando, e procurou se concentrar no fenômeno.

Calmamente, as naus chegavam. Primeiro as pequenas; depois muitas outras, maiores e mais distantes. Suaçutinga, extático, tentando entender o inconcebível, não percebeu a ausência de Pindaíba (que fora às pressas avisar os outros). De repente, como

uma verdade que se comprovava, o pajé flagrou movimento humano sobre as naus. “*Mäir! Mäiretá paranãmé!*”, gritou, procurando com os olhos o jovem companheiro. Foi quando viu que já não estava sozinho; e que Pindaíba, esbaforido, voltava da taba acompanhado de homens armados, como se houvesse anunciado uma guerra.

Suaçutinga quase o agrediu de tanto ódio. Principalmente porque acabava de compreender que não estava tendo uma visão, que o jejum tinha sido inútil e que a grande verdade terminara sendo revelada coletivamente.

A partir daquele instante, Suaçutinga desceu da condição de profeta a observador secundário da própria profecia. Assistiu apreensivo à aproximação do esquife do piloto Afonso Lopes, que vinha sondar o porto a mando de Cabral, e teve a convicção de que se tratava mesmo de um maíra, tão seguro estava de si, tão belo e tão diferente era de todos eles. Viu, com repugnância, a algazarra dos guerreiros, que tentavam tocá-lo com aquelas mãos imundas de assassinos. E suportou estoicamente a inveja e a curiosidade quando apenas dois índios foram levados pelo piloto à nau capitânia, onde passaram a noite.

Na manhã seguinte, o pajé chegou a vacilar em sua certeza. Os que dormiram no mar contaram coisas que o contradiziam: primeiro, que os visitantes comiam carne, mais precisamente peixe, preparado de maneira medonha; segundo, que trabalhavam (dado que o próprio Suaçutinga comprovaria nos dias subseqüentes, quando acompanhasse os grumetes apanhando água e cortando lenha); terceiro, que não possuíam mulheres — fato corroborável pela surpresa e cupidez demonstradas ante a nudez indígena.

A perturbação de Suaçutinga e o seu drama metafísico (porque tinha que assimilar e analisar grande número de dados surpreendentes num curto espaço de tempo) foram agravados pela resistência de Iperoba — o morubixaba —, que agia como se lidasse com inimigos, fazendo pouco caso de suas predições.

Foi a ele que dirigiu (mesmo o sabendo ausente) o discurso inflamado, proferido durante a segunda missa de frei Henrique, já no oitavo dia de permanência dos maíras, a 1º de maio.

— Alguém viu aquilo cair lá de cima? — berrava, apontando para o alto e para a cruz, num claro desafio às idéias tradicionais defendidas pelo chefe, que supunham a existência de um universo além do céu, destino das almas dos grandes guerreiros. E esteve perto de convencer a maioria (conseguindo até que alguns reproduzissem os gestos rituais de frei Henrique), não fosse o testemunho de Guaraguaçu, guerreiro da parentela de Iperoba.

Foi na companhia desse infame que o pajé enfim subiu à nau capitânia, depois da missa, a convite de Cabral. Lá, quando lhe pareceu ter confirmadas suas teorias, após percorrer o navio quase inteiro, olhou altivamente para Guaraguaçu e perguntou ao capitão: “*Ybymarãëyma umãmé?*”, insinuando a direção oriental do infinito. O navegante, com um certo embaraço, sem conseguir entendê-lo, acabou soltando uma risada amistosa, que se propagou com rapidez.

Foi isso que Guaraguaçu contou à taba, de noitinha. O suficiente para que a tese de Suaçutinga permanecesse indemonstrada; e o prestígio de Iperoba, inabalável.

O duelo entre as inteligências de Iperoba e Suaçutinga teria fascinado as sensibilidades de Cabral, de frei Henrique, talvez de

Caminha e certamente do físico judeu, amigo de Afonso Ribeiro, caso tivessem podido conhecê-las.

Iperoba poderia figurar entre os grandes guerreiros da humanidade, como Alexandre, Chaka, Saladino ou Gêngis Khan. Era guerreiro e acreditava na guerra, como fonte de alegria e bem-estar. Forte, rápido, preciso, perspicaz, impiedoso, não tinha medo da morte, amava a vida além de todas as coisas e — sobretudo por isso — supunha ter conquistado o direito à imortalidade.

Suaçutinga — ao contrário — não comia carne de nenhuma espécie e considerava a guerra como a manifestação mais eloqüente da vileza humana. E anunciara o fim do mundo de Iperoba (ou do que este representava) quando tivessem alcançado *Ybymarãëyima* — a terra sem mal, o país da irrestricção, em que não haveria nem adultério, nem incesto, nem trabalho, frutos e raízes brotariam em abundância o ano inteiro e ninguém jamais iria envelhecer.

Precisamente quando imaginava ter uma visão definitiva de *Ybymarãëyima* — localizada, segundo ele, no levante — surgiu a esquadra de Cabral. Suaçutinga ignorou ou fingiu ignorar as contradições que o infirmavam; e sustentou com veemência serem os estrangeiros autênticos maíras — ancestrais emigrados em tempos imemoriais e chegados da Terra sem Mal com o propósito de guiá-los até lá.

Qual não foi a surpresa do pajé — e a satisfação do morubixaba — quando os pretensos maíras, em vez de receberem índios nas naus, resolveram abandonar dois de seus tripulantes na taba de Iperoba.

Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada, não fez a el-rei um relato fiel de todos os fatos concernentes ao achamento da nova terra. Não obstante seus méritos de cronista, certos passos da carta carecem de lógica narrativa e só podem ser creditados a uma estranha reserva do narrador.

Isso ocorre com pelo menos dois eventos capitais. Por exemplo, Caminha refere a cordialidade dos navegantes para com os nativos, na noite em que passaram hospedados no navio, e não explica por que os índios não retribuíram a gentileza, negando-se a tolerar, na manhã do dia 25, não só os presentes como a presença de Afonso Ribeiro entre eles (que ia na qualidade de embaixador do capitão). Isso soa tanto mais estranho quando se lê por toda a carta que aquele povo era amistoso, solícito, alegre e profundamente interessado nos objetos europeus. Esses fatos, contudo, não são contraditórios.

Ocorreu que, assim que pisaram terra firme, os marujos se maravilharam com a beleza das moças. Viram e desejaram; mas não ousaram qualquer gesto imprudente. Até que o capitão determinou o retorno às naus. Foi então que o grumete Lopo Eanes, antes de embarcar numa das almadias, agarrando o braço a uma das índias, tentou trazê-la consigo, sem disfarçar a cobiça e a baixeza.

A confusão se instalou no mesmo instante; e, não fossem a simpatia e a incrível habilidade de Diogo Dias em se fazer compreender por mímica, além das explicações de Suaçutinga sobre o conceito de amor livre dos maíras, o grumete teria morrido ali mesmo, a flechadas.

A resistência na aceitação das prendas trazidas por Afonso Ribeiro e a recusa intransigente em recebê-lo como hóspede foi o desfecho menos rude de toda aquela encrenca — certamente indigna de chegar ao conhecimento real.

Aliás, é precisamente quando menciona Afonso Ribeiro que Pero Vaz de Caminha deixa entrever um enredo oculto. Qualquer leitor — mesmo os inexpertos — pode notar o destaque desproporcional, incompatível com a condição de degredado, recebido pela figura de Afonso — único entre os de sua casta a ser identificado de forma precisa.

Como se sabe (e como el-rei não soube), Afonso Ribeiro protagonizou aquele incidente desagradável no convés. E continuava recusando comunhão, para desgosto de frei Henrique. Na missa rezada em 26 de abril, a primeira em terra firme, tendo sido ameaçado com vinte chibatadas, Afonso se pôs diante do eminente franciscano e abriu com timidez a boca — embora inutilmente, porque dez passos depois já vomitava, apoiado a um pau-brasil centenário, para chacota dos índios e desespero dos clérigos.

Afonso, aliás, era um inadaptado. Teve medo do gentio; irritou-se quando lhe quiseram tomar à força umas insignificantes continhas amarelas; chorou quando, após várias tentativas do capitão, foi enfim admitido para dormir entre os índios, a fim de “saber de seu viver e maneira”; não desempenhou a contento sua missão de informante; era estabanado; provocava a risada das pessoas; quase teve um colapso quando soube que ficaria na terra com outro degredado; e chegou a comungar, a 1º de maio, véspera da

partida, num esforço sobre-humano de tentar reverter a decisão de Cabral.

Pero Vaz de Caminha fez questão de registrar essa primeira comunhão de Afonso, embora dom Manuel não devesse ter entendido bem o porquê de um pormenor dispensável.

Os índios, naturalmente, acharam muito curioso o abandono daqueles dois mancebos, chorosos e desconsolados. Se falassem português e tivessem conversado com Caminha, teriam sabido antecipadamente que mais dois marujos — dessa vez por livre e espontânea vontade — permaneceriam no país.

Lopo Eanes, na madrugada de 1º de maio, antes de desertar na cumplicidade do grumete Sebastião Mendes, conseguiu furtar uma espingarda flamenga, bastante munição, um punhal, duas adagas, uns poucos pães, água potável, cordas e cobertores, além de um batel, evidentemente. Não tinham como prever a atitude de Cabral quando notasse o crime e, por temerem a busca e o castigo, passaram dois dias enfiados no mato, a uma distância segura do ancoradouro e do sítio onde julgavam assentar a aldeia indígena.

Estiveram mal esses dois dias. O medo de serem apanhados não deixou que tentassem caçar. Também não tinham trazido material de pesca. Não ousaram tocar em frutos ou raízes que poderiam conter veneno. Saíam do esconderijo apenas para se abastecerem num regato próximo. Beberam mais que comeram. E Sebastião Mendes se arrependeu tão logo sentiu que poderia morrer.

Lopo Eanes, ao contrário, estava entusiasmado. Procurava animar o parceiro lembrando que cedo ou tarde teriam de vir atrás dos degredados. Sua intenção era esperar a partida das naus e retornar à companhia dos índios. Tinha certeza de se impor como rei daqueles inocentes, à custa de queimar pólvora. Viveriam ambos cercados de servos. Lembrava as mulheres. Lembrava a cena (aliás, muito bem descrita por Caminha) em que um dos nativos gesticulara insinuando haver na terra ouro e prata. Ficariam ricos; e — quando chegasse nova esquadra — trataria em pé de igualdade com o mandatário da coroa.

Esse plano, contudo, tinha falhas. Lopo Eanes (que na verdade pretendia aguardar mais uma noite no refúgio para evitar o risco de atraso nos arranjos de viagem) desconhecia a perícia dos inocentes. E, de fato, tão logo a taba se refez do impacto da visita dos maíras e retomou os afazeres habituais, um caçador detectou presença humana nas proximidades da aldeia e advertiu Guaraguaçu, que foi rastreá-la com uma patrulha de guerreiros.

A empresa foi fácil. Os grumetes foram pegos de surpresa. Os índios também se surpreenderam; e de imediato identificaram o maíra que ofendera uma das moças. Surgiram suspeitas. O clima se tornou hostil. Enquanto Sebastião Mendes se mantinha imóvel, acovardado, Lopo Eanes aproveitou a hesitação dos assaltantes e disparou a arma, atingindo Guaraguaçu — que ia à frente — em cheio.

Quase no mesmo instante, uma flecha o acertou no braço, de raspão, enquanto uma outra, mais precisa, varava a garganta de Sebastião Mendes.

Ferido, perdendo sangue, sentindo muita dor e com um princípio de febre, Lopo Eanes não viu mais nada. Quando voltou a si, estava na aldeia dos índios. A seu lado, apenas o olhar de angústia do degredado Afonso Ribeiro.

Pode-se dizer que a integração dos estrangeiros se deu de forma relativamente simples, em poucos meses e sem violência, não obstante fossem apenas dois (o outro degredado, companheiro de Afonso, logo entrou em depressão, parou de comer, teve uma crise histérica e se embrenhou no mato, de onde não voltou).

Lopo Eanes, renominado Guaraguaçu, dispunha de todos os elementos para se sentir o rei que planeou ter sido: ganhara uma mulher (de quem sequer sabia pronunciar o nome), uma rede de dormir, um machado de pedra, dois arcos, flechas e muitos daqueles ornamentos de penas coloridas que tanto encantaram o escrivão Caminha. Não trabalhava. Seu alimento ficava totalmente por conta de Tapiirim, a esposa. Passava os dias seminu, coberto apenas pelos trapos que tinham sido suas calças, rodando ocioso pelo pátio da aldeia ou indo furtivamente até o mato quando atraído por alguma índia.

Tentou, sem resultados, ensinar português ao gentio, enquanto se recusava a aprender o idioma nativo. Precisamente por isso, lamentava um único insucesso: não ter podido desvendar os caminhos do ouro e da prata que o tornariam rico e o fariam libertar-se do que considerava o maior estorvo da sua vida: a companhia do degredado Afonso Ribeiro.

Afonso, de fato, era insuportável. Com a presunção de quem já falava a língua da terra, insistia em afirmar que tais minas não existiam; que Lopo Eanes estava longe de ser um rei ou qualquer coisa parecida; que seu novo nome — Guaraguaçu — era idêntico ao do índio que matara; que sua mulher era viúva desse índio; e que não só a mulher, mas todos os seus atuais pertences tinham sido do guerreiro assassinado.

Lopo Eanes via em tudo aquilo não um mau presságio, como queria o degredado, mas a prova definitiva de sua teoria: exatamente por ter eliminado um homem forte — certamente um membro da nobreza — os índios fizeram questão de honrá-lo com aquela espécie de metáfora, numa clara demonstração de temor e respeito.

De nada adiantavam os argumentos de que todas as armas tinham ficado na posse dos guerreiros; de que Lopo Eanes era alvo freqüente de insultos e provocações; e de que Afonso ouvira, certa vez, Tapiirim referir-se ao marido pela expressão *xerööó*, que quer dizer “meu bicho”. A isto o desertor contrapunha o fato de viver e andar em completa liberdade, sem vigilância nem limites.

Essas discussões duravam horas e sempre tinham um único desfecho: Lopo Eanes ria e mandava Afonso às favas.

Mas tinha mudado muito, o degredado. Ainda era o mesmo desiludido; só que, imerso naquele mundo aparentemente tão inóspito, intuiu (como poucos intuiriam) a necessidade de compreendê-lo.

Não que estivesse plenamente à vontade. Sentia vivamente o desprezo que o cercava; permanecia um motivo de chalaça e não

se dava com quase ninguém. Sua única amizade era Pindaíba — o jovem seguidor de Suaçutinga.

Esse Pindaíba era um fracassado: não pescava, não caçava, não tinha habilidade nem senso estético para confeccionar mesmo uma simples tigela, era covarde, tremia só em pensar na guerra e procurava dissimular tudo isso na expectativa de se tornar um grande pajé. Todavia, por infelicidade, também não era inteligente.

Mas quando se aproximou do degredado sua vida ganhou em emoção e lucidez. Tinha vergonha de satisfazer a curiosidade de Afonso sobre o comportamento dos seus, principalmente no que se referia à guerra, mas gostava de ouvir o que o estrangeiro contava sobre a terra além do mar (que não era certamente *Ybymarãëyma*) e se envaidecia — por sua vez — em ter quem o escutasse narrar histórias dos antigos maíras.

Foi assim que o degredado conheceu a saga de Munhã, que criou o mundo e também abandonou os homens; e a de Mairatá, o vagabundo, que — ao menos na versão de Suaçutinga — partiu em busca da Terra sem Mal.

Iperoba ainda se debateria por muito tempo na angústia de não saber a quem atribuir a culpa: se a si mesmo ou a Suaçutinga. O fato é que no dia anterior o pajé se dirigira a ele, na frente de todos, com aquele corpo esquelético de olhos injetados (pois há dias só bebia cauim) e começara a ameaçá-lo com a interpretação de um sonho que ninguém entendia.

— Eu vi o rastro de Mairatá — gritava, gesticulando na direção do chefe. — Nós não precisamos de flechas, nem de machados, nem de facas, nem de anzóis. Só de canoas. Eu vi. Eu sei. Os pés que vão em frente lançam terra para trás. E as ondas são a terra quando o chão é o mar.

— Suaçutinga — disse Iperoba —, você despreza o prazer porque o espetáculo da vida já não te diz nada. Você já não come. Já não liga para as suas mulheres. Elas já te abandonaram. Todos já te abandonaram. Você é um covarde; um fracassado; um homem em quem ninguém mais acredita. Olhe bem para esses animais a quem você chamou mãiras: admita seu erro; reflita sobre sua estupidez.

— Lembre a história de Mairatá, comedor de carne, e tente compreender por que sua esposa, extraviando-se no rumo da Terra sem Mal, foi violada pelo gambá e devorada pelas onças. Será esse o destino de vocês.

— É esse o único modo de se fazer eterno; de ir aonde está Munhã.

— Eterno é o corpo que não envelhece. Tolos, os que crêem no espírito e num mundo além do céu. Só o que pode ser visto e tocado existe verdadeiramente. No bucho de uma onça, o destino do homem é transformar-se em merda.

Então, ao nascer do sol, antes que qualquer pessoa pudesse pressentir, a aldeia foi atacada. Os inimigos fizeram diversos cativos adultos sem sofrerem uma única baixa. Há muito — comentava-se — não lhes infligiam um revés daquele porte. Em meio à desolação geral, Suaçutinga sorria. E Afonso Ribeiro, pela primeira vez, julgou ter visto dor na face de Iperoba.

Diante da incredulidade, da incerteza ou do temor, Suaçutinga exortava a tribo pela última vez:

— Peguem suas canoas. Não há mais tempo.

Pindaíba, dividido, procurava desesperadamente os olhos do pajé na tentativa de sentir a segurança de sempre. Sabia que os homens do mar não eram maíras; tinham falado sobre isso. Mas Suaçutinga não se demovia. Achava que fatos inexplicáveis não podiam pôr em xeque uma verdade evidente. E — argumento definitivo — tinha tido uma visão.

Afonso Ribeiro alertava o amigo para a loucura que seria uma viagem de canoa pelo oceano. E Iperoba, com a expressão de quem perdia alguma coisa, acusava:

— Foi esse bruxo quem nos enfraqueceu com seus feitiços. Não nos fará a menor falta.

Mas, de repente, um grito vindo do mato, por detrás da paliçada que circundava a aldeia, desviou a atenção de todos:

— *Caninan! Caninan! Urucatu Guaraguaçu pabém oçó cäapé!*

O degredado não tardou em entender a alusão. E Caninana, o marido, voou como uma flecha no encalço dos adúlteros. Instantes após, chegavam Urucatu e Lopo Eanes, arrastados pelos cabelos, nas mãos do guerreiro traído.

No tumulto, quase ninguém notou a partida silenciosa do pajé. Quando os primeiros curiosos alcançaram a praia, a canoa ultrapassava a linha do horizonte.

O amor-próprio exige sempre algum desprezo pelos semelhantes: Lopo Eanes rugia de ódio, cercado por homens e mulheres, tentando acertar pontapés nos mais próximos ou escarrando naqueles que já o atavam com cipós. Lançava desafios que só Afonso podia entender e, esforçando-se por encarar Caninana (que espancava Urucatu a poucos passos), ameaçava:

— Patife! Ninguém toca numa concubina real!

Nesse instante, Tapiirim, dirigindo-se a um Lopo já completamente dominado, falou num tom de escárnio, beliscando-lhe as coxas:

— *Xeröorama endé.*

O degredado não entendeu. Por que Tapiirim dizia que Lopo Eanes ainda seria seu bicho, se já o chamava de *xeröö* (meu bicho) há muito tempo? De fato, não fazia sentido.

Refletiu mais uns momentos, observando a felicidade das pessoas diante dos insultos e agressões de Lopo Eanes, até que atinou com a armadilha em que aquela língua o fizera cair, impedindo que enxergasse a verdade desde o início.

Porque de *çöö* — bicho — formava-se corretamente *xeçöö* — meu bicho. Era de um outro *çöö* — carne de bicho — ou de *töö* — carne de gente — que se derivava *xeröö* — minha carne, de gente ou de bicho; minha comida. Isso: Lopo Eanes era a comida de Tapiirim, sempre tinha sido a comida que Tapiirim ainda não comera e que faria questão de saborear. *Xeröorama endé*: serás minha comida.

Desesperado, sentindo a ânsia de sempre, vomitando como vomitava tempos atrás ao imaginar que teria de comer o corpo de Cristo, Afonso ficou horas à cata de Pindaíba. Mas era tarde: ninguém o vira desde o chamado de Suaçutinga no centro da

aldeia. Sem saber como agir, voltou a procurar Lopo Eanes, mas não teve oportunidade de lhe falar. Apenas perguntou a Tapiirim:

— Por que nunca me disseram que o iriam comer?

Ao que ela, pasma, absolutamente sem compreender aquele espanto ridículo, retrucou:

— E na terra de vocês, para que servem os prisioneiros?

Então, Afonso Ribeiro vislumbrou o óbvio em sua totalidade. Nos dias que se seguiram, viu Lopo Eanes (ou Guaraguaçu) desfilar amarrado pelo pátio, xingando, cuspiendo, sendo agredido a pedradas, sendo apalpado como uma peça de carne das que se vendem nos açougues de Lisboa; mas reagindo a tudo, lutando contra todos, vivo, soberbo, invencível, sendo mais que nunca o rei que planeou ter sido.

Bebendo muito do cauim das índias, sem comer nada, convencido de que Pindaíba se fora na canoa de Suaçutinga, Afonso Ribeiro penetrou definitivamente naquele mundo alegre, que já esquecera a derrota imensa de dias antes.

Meditou, então, na exegese da Paixão que ouviu de frei Henrique, nas advertências do físico judeu sobre os erros de Moisés, nas histórias de Munhã e Mairatá narradas por Pindaíba e principalmente no conflito de Suaçutinga e Iperoba. E entendeu por que o Pai desamparou seu Filho. E quis chegar a Deus, não pela Terra sem Mal, mas comendo o homem que Ele sempre abandona.

Quando Caninana esmigalhou o crânio de Lopo Eanes numa pancada de borduna e as mulheres se atiraram a retalhar o corpo, o degredado estava tonto e ria muito. Na hora do repasto, o próprio morubixaba veio lhe trazer umas sobras de moquém. E Afonso

Ribeiro, pela primeira vez sem repulsa, aceitou: *Pater Noster qui es in coelis, imoetepyramo nderera toicó!*

A mulher vedada

Há muito tempo vinham acontecendo coisas estranhas no morro de Santo Antônio. Na verdade, as pessoas do morro é que eram estranhas, esquisitas. Não que diferissem essencialmente dos moradores das outras favelas: também carregavam fardos no cais, latas d'água na cabeça, filhos na barriga e pecados na alma; estavam sempre de boca aberta, rindo de alguma coisa ou reclamando da polícia. Mas quem percorresse a cidade, da Pequena África ao morro do Castelo, da praia da Lapa às ladeiras da Gamboa, poderia identificar — sem o mais ínfimo risco de erro — quem tinha nascido, quem morava ou mesmo quem tivesse passado uma simples temporada no morro de Santo Antônio.

Pois era como um sinete a expressão daqueles rostos além de tristes e aquém de inexpressivos; a marca dos que tinham chegado ao limite extremo da compreensão de si mesmos. Mas, para que se possa entender alguma coisa do problema, é necessário retroceder aos sucessos do dia 13 de junho de 1914.

Quando o morro acordou para a faina normal daquele dia, encontrou o corpo do estranho jogado no canto de um dos becos da favela, misturado com um monte de lixo esparramado, com um talho de navalha na garganta. Inicialmente, aquela morte parecia justa, já que ninguém conhecia o defunto, nem dali, nem do Castelo, nem mesmo das bandas da Saúde. Mas aos poucos o local onde jazia o cadáver foi chamando a atenção de todos. Não era mais possível negar as circunstâncias que tinham motivado o crime. A morte não fora apenas justa; fora necessária.

Fique só o comentário discreto e breve de que foi sepultado a cinco palmos, sem maiores formalidades. E deve ser inútil lembrar não ser costume chorar desconhecidos.

Chegara ao Santo Antônio há uns quinze dias. Ninguém sabia se trabalhava, embora a convicção geral fosse a de que se tratava de um desocupado. Os dados biográficos disponíveis nada acrescentavam: informava-se sobre ele o que valia para quase todos, ou seja, que era neto de escravos e vinha do Norte.

A presença do estranho não teria causado incômodo não fosse sua insociabilidade. Não falava com as pessoas, não brincava com as crianças, não mexia com as moças de perna grossa. Tinha feito, inclusive, a declaração enigmática de que só estava ali para buscar a verdade. Por isso foi notado, observado, até seguido. E sua rotina, naqueles dias derradeiros, pôde ser traçada com relativa segurança: aparecia normalmente à tarde, quando ficava vagabundando pelos becos ou bebendo no botequim, mas sempre olhando na direção do fim do mundo, que coincidia com a do fim do morro.

Pelo hábito de ser o último a se retirar, ninguém pôde distinguir as vielas que tomava e o local em que dormia; havia suspeitas — é claro. Mas a dúvida sobre este ponto só foi esclarecida quando o encontraram morto no referido 13 de junho.

A estruturação das favelas obedece a uma lógica natural: os primeiros habitantes se estabelecem logo no início da ladeira; os que chegam depois, cada vez mais acima. No Santo Antônio, porém, era diferente.

Apesar de não ser alto, poucos aceitavam pacificamente a idéia de morar nos pontos mais elevados do morro. Os recém-chegados normalmente se instalavam nas partes baixas, promovendo um grande amontoamento de barracos, às vezes obstruindo ruas, quando não construía perigosamente sobre casas mal alicerçadas. O que de certo provocaria confusão em outros lugares tinha ali uma tolerância que se poderia julgar irracional. Em consequência, o cume era só povoação dos doentes, dos miseráveis e dos temerários.

Mas havia coerência nisso tudo: é que nos confins do morro ficava o barraco da mulher vedada.

Diz a lenda que era extremamente feia, o que não define muita coisa. Na verdade, era a mulher mais feia do mundo. E não tinha aleijões, não era deformada: sua feiúra não decorria da falta ou da abundância. Era o resultado único de uma das possíveis combinações de traços humanos; era um feio intrínseco; um feio imanente.

Houve, por assim dizer, um pacto forçado entre os moradores e a feiosa, ainda na época da fundação da favela: esta ficaria trancafiada em seu barraco, sem poder descer sequer para transitar pelas vielas, em troca de comida e roupa. Por outro lado, ninguém deveria vê-la, só podendo aproximar-se do barraco durante o dia quem viesse para cumprir o trato.

E assim vinha acontecendo: a feiosa em seu cárcere e o Santo Antônio depondo em frente da sua casa o preço de um castigo a que não se associava qualquer crime aparente. Todos os dias, à noite, hora em que ninguém subia àqueles ermos, a feiosa vinha recolher sobras de comida e trapos molambentos. Essa prática acabou fazendo da soleira de seu exílio um lugar nojento, malcheiroso, podre, infestado de moscas e ratazanas, um vazadouro do lixo da favela.

E nesse monturo é que acharam o corpo do estranho.

Conhecerem o motivo do crime não implicava saberem o nome do assassino. Não sabiam ao certo — é o fato; porque, apesar de uma ou outra opinião divergente, dominavam as suspeitas sobre o encarregado do botequim, o velho da perna gangrenada e o ex-marujo do cordão de ouro.

Os fundamentos eram sólidos: na noite de 12 de junho, o encarregado ia constantemente à mesa onde sentavam o velho da gangrena e o ex-marujo, quando ficavam bebendo, cochichando e olhando para o estranho. A lavadeira, mãe dos gêmeos, lembra ter ouvido vozes de três homens, em hora bem adiantada, passando

como que na direção do barraco da mulher vedada. E a vizinha do velho da gangrena tem certeza de ter acordado, no meio da madrugada, com o barulho de alguém que chegava correndo, batendo porta e tropeçando pela casa.

Nenhum dos três assumiu a culpa; e — dado curioso — admitiram ter seguido o estranho naquela noite, com intuito de descobrir quem era, onde morava, o que fazia.

Contam que subiu o morro às pressas; que parou no meio do lixo da feiosa; que tentaram convencê-lo a ir embora; que respondeu ter chegado “à essência de tudo o que existe”; que a feiosa apareceu; que disse ser a hora de procurar a beleza; que começou a se ataviar com objetos do monturo; que de repente, indignada, se desfez de tudo; que avançou para eles como uma morte coletiva; que os três recuaram; que ela só então percebeu o estranho; que o olhou com ternura; que este abriu os braços para recebê-la e caiu subitamente — quando os três fugiram, aterrados pela visão daquele ser medonho.

*A mulher feiosa,
de maldito nome,
que só vive presa
pra livrar os homens,*

*é mulher vedada
que ninguém quer ver
e mesmo que veja
não quer conhecer.*

*Mesmo conhecida,
mesmo nomeada,
é mulher que nunca
deve ser tocada.*

*É mulher de sempre
mais que proibida:
mesmo se tocada,
nunca possuída.*

*É mulher que deve
ser imaculada:
até possuída,
mas jamais amada.*

*É mulher do nunca;
é mulher do não.
E, até se amada,
tem que ser em vão.*

E o morro de Santo Antônio nunca chegou a conhecer a identidade do criminoso, também autor anônimo desses versos de samba-corrído. O fato é que já não se preocupavam em descobri-lo.

Bastava saber que alguém pôde impedir a consumação do amor que teria aniquilado o fundamento de toda obra humana sobre a terra. Mas a ciência dessa possibilidade foi a sua expiação.

Porque a mulher vedada, personificando o horror das coisas puras, sendo a essência sem o pudor da forma, confundiu-se com a substância da verdade que ela mesma catava.

Por isso se dizia que a verdade pairava sobre o mundo; e, quando a favela foi evacuada para a demolição do morro, que a verdade ia incógnita entre a gente.

Elegbara

*Os velhos contam que o Grande Orixá
concedeu o dom de um filho a
Orumilá, o profeta. Então, quando
Orumilá pôs a mão sobre Exu,
o Grande Orixá anunciou que a criança
seria elegbara — detentor do poder.*

Fazia oito gerações desde a chegada de Oraniã, o fundador, que Oió só vinha conhecendo opulência. Daí a apreensão de todo o povo quando o rei deixou de comparecer aos mercados; e o abatimento profundo que logo se seguiu quando começou a correr a notícia da enfermidade que certamente o levaria à morte.

O rei não morreu; mas também não melhorou. A doença tornou-se linear, permanente, estagnada como as águas que ficam para além de Ijebu-Odê. Foi quando Oió, a justa, a soberba, decaiu vertiginosamente. O cajado do rei não mais movia o mundo.

E as lavouras não vingavam; as mulheres não pariam; os ferreiros não forjavam; vendedores não vendiam; compradores não compravam. Houve seca e houve fome.

Então os velhos, reunidos em conselho, decidiram convocar sábios de outros reinos. Vieram de Ifé; vieram de Irê; vieram de Ilorim; vieram de Queto. A ciência humana está sempre aquém do próprio homem: o rei continuou doente.

Oió estava a ponto de desesperar, quando apareceu, de súbito, vindo ao que parece do país nupê, um estranho andarilho de sorriso debochado. Carregava um bernal e uma catana, fumava cachimbo e tinha um gorro preto e vermelho.

Parou bem na frente do mercado, onde se fazia uma assembléia. Foi notado por um dos mais velhos.

— O reino é morto. Os estrangeiros não são bem-vindos.

— Não é esta, ancião, a fama de Oió, a justa. E eu vim pela justiça.

— Dize quem és e para onde vais.

— Não sei se hei ido ou se fui havido; mas irei ser e serei ido.

— O que queres, andarilho?

— Quero apenas ser querido. Não é o vosso rei que se há tomado de um mal sem cura?

— É sem cura o mal; não houve sábio capaz de vencê-lo. Não há mais que fazer em Oió.

O andarilho deu então uma larga risada:

— Não é esta, ancião, a fama de Oió, a soberba. E eu vim pela galhardia.

O povo, atônito, escutava. E o estrangeiro continuou:

— Eu sou andarilho antigo. Venho de andar muitas léguas. A terra é do meu tamanho. O mundo é da minha idade. Não há números para contar as proezas que fiz no tempo em que tenho andado: colhi mel de gafanhoto; mamei leite de donzela; esquentei sem ter fogueira; cozinhei sem ter panela; já fiz parto em mulher velha; emprenhei recém-nascida; trago a cura das moléstias e as perguntas respondidas. Quando soube do mal do vosso rei, vim oferecer os meus serviços. Só que tudo tem seu preço.

— Oió é justa e é soberba: o andarilho haverá o preço que pedir.

— Eu quero o preço justo.

— E que preço é esse?

— O que tenha a maior grandeza e caiba na menor medida.

Ninguém entendeu. Nem prestou atenção.

A fé humana está sempre além do próprio homem: o andarilho foi introduzido nos aposentos reais. E foram só três dias. Todo o povo estava amontoado na praça do mercado quando as esposas saíram correndo do palácio para anunciar que o rei já ficava em pé.

A festa foi programada para a feira seguinte, mas a alegria se antecipou. Oió tornava ao que tinha sido. E até uma chuva serena chegou a reavivar o colorido da savana ressequida.

Na data marcada, o rei reapareceu, cercado de pompa e aclamação. Dirigiu-se ao trono, no centro do mercado, e elevou a voz:

— Que venha até mim o andarilho da carapuça vermelha e preta!

Quando este se aproximou, o rei disse:

— A gratidão de Oió não tem medida. Que o andarilho diga o preço.

— Eu quero o preço justo.

— O rei oferta cem peças de marfim.

— É pouco; e não cabe no meu bernal.

— As cem peças de marfim mais trinta catanas de ferro.

— É pouco; e não cabe no meu bernal.

— As cem peças de marfim, as trinta catanas de ferro mais dez partidas de contas de vidro.

— É pouco; e não cabe no meu bernal.

— As cem peças de marfim, as trinta catanas de ferro, as dez partidas de contas de vidro mais cinqüenta escravos.

— É pouco; e não cabe no meu bernal.

O rei estava estupefato:

— Então, não há limite para a ganância deste andarilho?

— Eu andei léguas e léguas e quando cheguei a este país vi um rei praticamente morto, um reino destruído, um povo infeliz. Eu curei o rei, ergui o reino, salvei o povo. Eu quero o preço justo.

E por mais que o rei oferecesse era sempre a mesma resposta. Desesperado, levantou-se do trono e com um gesto amplo fez a última oferenda:

— Pois fique com todo este reino!

Ao que o andarilho respondeu:

— É pouco; e não cabe no meu bernal.

Houve um breve silêncio e o andarilho prosseguiu:

— Não pode viver quem deve a vida. Eu quero a cabeça do rei.

Ninguém acreditava no que ouvia. O rei desabou sobre o trono, aterrado:

— Como pode cobiçar minha morte quem veio para me curar? É um absurdo, uma covardia, uma infâmia, uma ingratidão!

— Não — disse o andarilho —, é o preço.

E Oió não resistiu, como não resistiria pouco mais tarde ao assédio nupê. Compreendeu que, naquele momento, qualquer condescendência seria uma iniquidade; que o bem ideal era uma impossibilidade teórica.

E o andarilho caminhou na direção do rei, decepou-lhe a cabeça, meteu-a no bernal e, antes de desaparecer na curva da estrada, gargalhou pela última vez:

— *Ko si oba kan, ofi Olorun.*

E tinha razão: não há rei senão Deus.

Elegbara é assim.

O enforcado

Os Campos dos Goitacazes eram já famosos por seus desmandos desde os idos de 1627, quando Martim de Sá os concedeu em sesmaria. E não era só o conflito pelo direito às terras, o comércio clandestino, as razias dos índios e as fugas de escravos. Campos vergava sob o peso da maldade de um homem, certamente o mais cruel que tem pisado a antiga capitania de São Tomé.

Na boca das pessoas era apenas “o bugre”, porque só falava a língua geral da costa; e diziam-no emigrado das matas de São Vicente. Chegara à região para prestar serviços de capitão-do-mato, talvez com uma patente falsa, e por lá se arranchou em definitivo, num sitiozinho bem modesto na barra do Paraíba, perto da aldeia de Peroípe. Primeiro ganhou a confiança dos principais da terra; depois, o respeito das famílias; e, por fim, o terror das gentes.

As histórias que se contam são de assombrar. Nunca deixara de capturar sequer um escravo fugido, menos por bem conhecer aquelas brenhas que por uma espécie de determinação interior de fundo existencial. Mas não se satisfazia com o resgate dos pretos: costumava castigá-los violentamente, e por conta própria, o que muitas vezes os levava à morte. Vazava olhos, vergastava com um açoite farpado, escaldava com água fervente.

Certa feita chegou a empatar quase a totalidade de suas economias na compra de um escravo, para em seguida alforriá-lo e só então submetê-lo a suplícios diversos. Houve como que uma indignação pacífica da população local, mas o crime acabou ficando impune. Até porque era o próprio bugre quem prendia malfeitores, quem fazia de carrasco na cena da força, quem defendia fazendas da fúria goitacaz. Enfim, era a própria ordem.

Impressionava em seu caráter o fato de não demonstrar ódio pelas vítimas, a naturalidade com que praticava os atos mais ignominiosos, aquela singular combinação de perfídia e serenidade.

Mas essa carreira de torpezas teve fim nesse nosso ano de 1641, quando começa esta narrativa.

Fazia uns seis meses que uma cozinheira, cativa de um dos sesmeiros, tinha-se evadido mato adentro. A expectativa era a de uma rápida recaptura, até porque se tratava de mulher gorda e de certa idade. Mas a expectativa não virou fato: o bugre não a encontrara.

Não se sabe por que espécie de intuição, mas começaram a surgir especulações sobre a cumplicidade do capitão-do-mato na fuga da cozinheira.

As primeiras suspeitas foram levantadas durante uma daquelas vigílias regulares que o bugre montava nas propriedades da região: justamente o curral de gado em que ele se achava foi assaltado à noite por três goitacazes. O feitor e alguns colonos é que tomaram a iniciativa da defesa, conseguindo aprisionar um índio. E, quando o

bugre foi chamado a aplicar no selvagem a punição exemplar, notaram-lhe um comportamento displicente, como que a propiciar o escape do invasor.

Também chamou atenção seu repentino interesse pelas sobras dos porcos trinchados, especialmente rabos, pés e orelhas, que se davam vez por outra como ração à escravaria. Fazia questão de recolhê-las e salgá-las — hábito estranho e contrário ao seu gosto pelos bons regalos.

O cúmulo da desconfiança, todavia, chegou junto com um boato vindo do Rio de Janeiro. Falava-se muito no empenho do alcaide-mor em descobrir uma canalha de raptores de índios e africanos, que os estariam vendendo como escravos em engenhos de açúcar. Ninguém julga senão a si mesmo: logo grassou a notícia de que o bugre integrava o bando.

A convicção chegou a tal ponto que os moradores de Peroípe se encheram de coragem e armas e decidiram arrestá-lo. Foi quando surpreenderam, acoitada no próprio sítio do capitão-do-mato, a escrava fugida, sem ferros, dando milho às galinhas. No instante subsequente havia quatro homens sobre a cozinheira; mas, antes que os demais alcançassem a casa propriamente dita, o bugre surgiu de sob a rama, viu a cativa já dominada e disparou o arcabuz, atingindo o sobrinho de um dos sesmeiros. Foi a gota d'água.

Para que se compreenda a aparente insensatez do capitão-do-mato, é necessário retroceder à época da fuga da cozinheira.

Com efeito, cinco dias de busca tinham sido bastantes para que o bugre topasse a cativa, lá pelas bandas da lagoa Feia. Ela estava completamente depauperada, sedenta, faminta, lanhada pelo mato e pelas pedras. Já não tinha ânimo e talvez não sobrevivesse muito tempo.

O bugre apenas concedeu que bebesse; e, como de costume, amarrou-a ao cavalo e fez que o acompanhasse, a pé.

Só que a noite e a chuva praticamente impediram a viagem, e o capitão-do-mato resolveu pousar no casebre do primeiro roceiro que encontrou.

Os donos da casa o receberam muito bem, como fariam a qualquer autoridade, apesar de não lhe compreenderem a língua. E mataram um porco para o repasto.

Enquanto bebia sua cachaça, o bugre considerava a cativa, sem emoção. Sentia-se justo com tudo aquilo: ela devia saber que o mundo era daquele jeito, que a vida tinha aquela forma. Decidira como teria início o castigo. Por isso permitiu que fosse auxiliar a dona da casa no preparo da comida; e não chegou a se aborrecer quando viu que a senhora, em sua cômoda piedade, lhe tinha dado um tanto de feijão e farinha; e nem mesmo se irritou quando a prisioneira começou a cozer os pés, as orelhas e o rabo do porco (que ainda pôde retirar do lixo) para misturá-los no feijão.

Bebia e considerava. Até que, quando a escrava amassou o primeiro bocado daquela mistura que lhe parecia repugnante, o bugre estalou o chicote, levantou-se bruscamente e tomou a cuia de suas mãos. E diante dela, que estacara como um espectro da fome, superou o asco que aquelas sobras do animal lhe provocavam e pôs-se a comer do conteúdo da cuia.

E foi a sua perdição e o princípio do amor que o iria consumir. Porque o súbito prazer que aqueles sobejos lhe proporcionaram abalou definitivamente o que parecia destinado à firmeza, penetrou no que devia ser inexpugnável e fê-lo inverter de maneira cabal sua concepção do mundo.

No dia seguinte, o casebre ardia em chamas e o capitão- domato partia com a cozinheira fugida, só que ambos a cavalo.

No curto período que ainda teria de vida, o bugre amou aquela escrava de uma forma imensa. Sobretudo as mãos, aquelas singelas mãos pretas que operaram a transmutação do dejetos em delícia.

Mas, quanto mais amava, mais pressentia o próprio fim. Perdera a perfídia e com ela a serenidade. Percebera que, para transcender aquela humanidade inerte e comiserada, a sua solução não era a única. Aliás, não era solução.

E no amor da escrava se foi degenerando; até que os colonos chegassem dos confins de Peroípe àquele sitiozinho da barra, onde o rio finda e o mar começa.

Homiziar escravos fugidos, em Campos dos Goitacazes, dava pena de morte, que se executava lá mesmo, sem processo. Idêntico era o castigo para o assassinato de homens livres. Não pôde haver, assim, qualquer tentativa de condescendência.

O capelão de uma pequena ermida ribeirinha, entendido na *Arte* de Anchieta, foi convocado para dar o aparato indispensável à

execução. Quando perguntou ao bugre se se arrependia de seus vis pecados, este respondeu:

— Não; eu nunca pequei. Eu era o mundo em sua coerência.

E quando, perturbado, o capelão inquiriu sobre o motivo fútil que o levara àquele fim, obteve a resposta:

— Eu amo essa mulher; e não há força humana contra sua obra.

E assim o condenado pendeu da forca, erguida no mesmo local do crime.

Mas, ainda depois de morto, o bugre continuou apavorando. Contam que nenhum urubu ousou pilhar do cadáver putrescente do enforcado; contam que nem um vento mau que soprou por uns três dias pôde balançar aquele símbolo de solidez; e ainda contam que — quando enfim tiveram a coragem de atirá-lo ao Paraíba — o mar tomou de imediato a cor barrenta do rio.

É que talvez o mundo já se tivesse modificado. E talvez viesse a ser aquele o futuro matiz de todo o mar Oceano.

A cabeça de Zumbi

Quando em junho de 1676 o sargento-mor Manuel Lopes Galvão voltou fracassado de uma incursão contra Palmares, afirmou que o quilombo só cairia com a cabeça do homem chamado Zumbi. Mas ninguém ouviu os fracos: já dominava a opinião de que um acordo negociado poderia conter o ímpeto dos rebeldes, convicção que se acentuou com o fim da expedição de Fernão Carrilho, parte malograda, parte vitoriosa, conciliando de maneira oportuna orgulho e impotência.

Mas o sargento-mor tinha suas razões. Estivera frente a frente com aquele terrível capitão, que valia um exército. Porque Zumbi não parecia comandar, mas arrastar os palmarinos sobre as hostes inimigas, contra as quais acometia sem medo ou clemência. Por várias vezes Lopes Galvão teve o estranho sentimento de que Zumbi combatia ao mesmo tempo em mais de um lugar. E não cansava; não se exauria. Nem mesmo quando recebeu o pelouro na perna, que o deixou coxo. Galvão não sabia exatamente por que, mas pressentia que aquele Zumbi era o espírito que tutelava Palmares.

Para o governo de Pernambuco, no entanto, a autoridade era Ganga Zumba. E nesse sentido foram orientadas as negociações,

até que em fins de 1678 foi concertada a paz. Muito embora não houvesse eliminado a angústia que há muito impregnava o ambiente e ainda hoje contagia os que comparecem à Serra da Barriga.

Às vésperas da partida de Ganga Zumba para o Recife, Zumbi foi ao mocambo do Macaco para dissuadir o grande chefe.

— A ninguém é dado deliberar sobre os outros. Vosmicê não descerá a serra.

— Não somos como os brancos, Zumbi. Represento a vontade de um Estado soberano. Minha autoridade vem do povo livre que me escolheu. Desço para Cucaú e Palmares vem comigo.

E se olharam longamente.

Para Ganga Zumba, a liberdade era o único bem; e a inteligência, o único valor. Embora reconhecesse que a conquista da liberdade por vezes dependia da força, essa força seria nada se não houvesse sob si um cérebro que a comandasse, para um fim programado. Nesse ponto, admirava aquele surdo oponente, embora lhe parecesse um usurpador.

Para Zumbi, não havia propriamente vontade. Embora não soubesse explicar (a bioquímica era ainda uma ciência pobre), percebera que o fenômeno que denominavam *decisão* se assemelhava a um sorteio de cartas: não se pode prever a figura escolhida, mas se conhecem plenamente as alternativas do baralho.

Para Ganga Zumba, Palmares não estava totalmente seguro. Os últimos ataques o provavam. Precisava de mais armas. Precisava de

mais homens. A trégua era só um aspecto da guerra. Não se podia renunciar à liberdade apenas para dar vazão a uma ânsia irracional de vitória. Por isso a inteligência. Por isso a trama sutil em que pretendia enredar os portugueses.

Para Zumbi, a vontade era involuntária. E qualquer opção, um jogo de azar.

Para Ganga Zumba, o que tornava os homens diferentes era a sujeição de uns pelos outros. A justiça, assim, consistia no fim da escravidão e da pobreza.

Para Zumbi, o que tornava os homens diferentes não era a circunstância do nascimento, mas aquela combinação de acasos que os levava a ter *vontades* diferentes. A justiça, assim, consistia no fim do arbítrio.

E esse debate durou o tempo daquele olhar longo e mútuo. Ganga Zumba e Zumbi não se entendiam porque sua discussão não tinha nexos. Na verdade, defendiam causas distintas. Então Ganga Zumba retomou a palavra:

— Vosmicê parece não querer a liberdade dos pretos.

Ao que Zumbi retrucou:

— Precisamente. Eu quero a servidão dos brancos.

Em 1680 a situação era simplesmente insustentável. Ganga Zumba via cada vez mais longe o sucesso do seu plano contra a administração da colônia. Tinha perdido adeptos. Os brancos se fortaleciam. E Zumbi se tinha alçado à posição de grande chefe dos Palmares.

Era todo piedade: de si, pelo fracasso; e dos demais, pela incapacidade estratégica, pela falta de visão política. Só não

conseguia pressentir a própria morte. Em Palmares, porém, só se pensava nisso.

Com efeito, numa daquelas noites turvas, Zumbi se reuniu com alguns de seus principais em Andalaquituche, para tramarem definitivamente a destruição de Cucaú.

— Ganga Zumba morrerá sem sangue — foi sua única exigência. Embora não compreendessem a razão daquele aparente capricho, os generais de Zumbi entenderam que o melhor método era o envenenamento. Havia gente de Palmares infiltrada em Cucaú; seria uma empresa temerária, mas não impossível.

E assim começaram a preparar uma infusão mortal. Zumbi permanecia calado, observando. De repente, um alarido tomou conta do mocambo. Um mensageiro comunicava qualquer coisa, aos gritos. A população acorria. Dentre os que tomavam ciência da notícia, uns riam, outros se espantavam. Até que Zumbi e os generais se acercaram do tumulto.

Estupefato, o mensageiro não falou mais nada. Caíra de joelhos; e sua expressão era um misto de pavor e descrença. Pois tinha acabado de testemunhar que Zumbi, pessoalmente, envenenara Ganga Zumba em Cucaú.

Manuel Lopes Galvão, o sargento-mor, relegado a um papel secundário em toda essa história da luta contra Palmares, não abandonava sua convicção: o quilombo só cairia com a cabeça de Zumbi. Mas, se a voz do derrotado Galvão não chegava aos ouvidos

dos maiorais de Pernambuco, também não chegaria aos do rei de Portugal.

Com efeito, há muito que Lisboa se vinha interessando seriamente pelo caso do quilombo, que assumia proporções absurdas. Era já uma questão de segurança imperial. Se as concessões a Ganga Zumba não tinham sido profícuas, aos portugueses só restavam a força (alternativa cara, pois seria necessário fintar os já espoliados fazendeiros) ou um trato com o novo chefe dos insubmissos (alternativa barata, pois consistia em restituir o que já havia sido pilhado).

E assim dom Pedro II redigiu uma carta a Zumbi dos Palmares, cheia de perdões e promessas de real proteção. No Recife, encarregaram um alferes qualquer de levar em mãos a missiva régia. Isso se deu em 1685.

Assim que atingiu Macaco, conduzido por dois atalaias do quilombo, o alferes foi reservadamente recebido por um imponente grupo de quatro homens, que presumiu serem chefes palmarinos.

— Trago uma carta de el-rei ao capitão Zumbi.

Seguiu-se um silêncio constrangedor.

Enquanto aguardava uma resposta, o alferes julgou reconhecer ao menos um dos quatro líderes. Não se lembrava exatamente quando e onde o tinha visto; e imaginou ser algum escravo fugido com quem tivesse topado no Recife ou em Porto Calvo.

Subitamente, o homem dos traços familiares resolveu se manifestar:

— Procure Zumbi no mocambo de Andalaquituche. Ele está lá.

E o alferes tomou a direção indicada. Qual não foi sua surpresa quando, em seu novo destino, defrontou precisamente aquela

mesma face que pensava conhecer. Ficou confuso, aturdido. Mas não teve coragem de pedir explicações. Também ali rejeitaram a carta; e foi informado mais uma vez de que Zumbi se encontrava numa outra povoação.

E assim foi: em cada mocambo visitado se repetiam o rosto e a história. Até que, cansado, fracassado, impressionado com os fatos e consigo mesmo, voltou ao Recife sem conseguir esquecer aquele semblante ubíquo, majestoso, que parecia persegui-lo como uma assombração.

Só quando já estava alcançando a vila o alferes pôde recordar que vira aquele rosto havia alguns anos num combate contra um aldeamento dos palmarinos: era o rosto do mesmo homem morto por Domingos Carneiro, comandante de um dos terços dos henriques, que jurara — sem crédito — ter dado cabo do capitão Zumbi.

Antônio Soares contemplava o imenso despenhadeiro que ficava nos arredores do Macaco, ao lado de Zumbi dos Palmares. Não entendia exatamente por que tinha sido levado àquele lugar, mas não costumava discutir ordens.

— Para compreender a luta do quilombo é preciso saber quem são os homens — disse o grande chefe.

— Os homens são o que podem; e podem o que querem. Essa é a medida do valor e do merecimento — retrucou Soares, com um orgulho maior que o abismo.

Zumbi, por sua vez, não acreditava no conceito de mérito, porque decorria do conceito de vontade. E a prova da tese estava bem a sua frente.

— No começo do mundo, uma mulher decidiu chegar ao céu empilhando árvores. Derrubou florestas, dispôs os troncos e deu início à escalada. Mas, como o céu fosse distante, a base apodreceu e a pilha desabou. A mulher jamais foi resgatada dos escombros; e há quem pense que ela conseguiu.

Soares não entendia exatamente o sentido daquelas palavras, mas não pôde disfarçar o incômodo que lhe infligiam. Percebia que, de uma forma ou de outra, Zumbi diminuía as proporções de tudo o que tinham realizado até então. Não conseguia entender como aquele homem excepcional podia desprezar a grandeza humana. Não era apenas injusto; era inconstitucional. Mas não disse nada.

Todavia, Zumbi compreendeu o que se passava no íntimo do seu homem de confiança. E teve certeza de que Antônio Soares poderia optar apenas por si.

— Olhe o precipício e diga como é a liberdade por que estamos combatendo — inquiriu para encerrar o assunto.

— A liberdade é como um pássaro pairando sobre o abismo — respondeu Soares.

— Não. É como um calhau que nele se lança e que busca um fim único para todas as coisas.

Em fevereiro de 1694, próximo ao mesmo despenhadeiro, Domingos Jorge Velho cercava Macaco com a maior força já

organizada para marchar sobre Palmares. E dessa vez, com canhões.

Por um descuido dos espias, os expedicionários lograram construir uma cerca de proteção para poder levar a artilharia pesada a pequena distância da cidadela palmarina.

Foi quando Zumbi concebeu seu último plano e falou aos guerreiros:

— Não podemos permitir que Palmares entre para a história com um sentido que não foi o seu. Estamos acima do heroísmo corriqueiro e muito além de um simples gesto épico. Os que sobreviverem deverão saber e difundir que — negando a possibilidade do arbítrio — temos combatido pela liberdade absoluta: a que consiste na sujeição dos indivíduos a uma necessidade extrema, radical, que não permite opção, que não admite identidade.

Mas o quilombo inexpugnável finalmente ruiu. Ao tentarem atingir a retaguarda inimiga esgueirando-se pela orla do precipício — única manobra que poderia evitar a derrota — os rebeldes foram surpreendidos por um violento ataque das hordas de Jorge Velho, em plena madrugada.

Desnecessário é descrever o massacre que se seguiu, primeiro no Macaco, depois nos demais mocambos. A única coisa a restar em Palmares foi a dúvida: Zumbi tinha ou não tinha morrido?

Vieira de Melo, que comandava a coluna da esquerda (portanto ladeada pelo despenhadeiro), afirmava que reconhecera Zumbi entre os infelizes que se precipitaram no abismo. Não bastasse sua autoridade de herói da campanha, vários praças confirmaram o fato: o grande chefe palmarino rolara serra abaixo.

No entanto, essa versão era desmentida por Domingos Jorge Velho — que falava do alto do posto de comandante-geral da expedição. Sua coluna tinha combatido frente a frente com Zumbi, que escapara vivo, apesar de ferido.

O enigma, porém, jamais seria solucionado sem que se soubesse, na verdade, quem era Zumbi dos Palmares.

Antes mesmo de se completar um ano da destruição do memorável quilombo, Zumbi reaparecia, pilhando engenhos, assolando vilas, aterrorizando as pessoas. Fora visto em Serinhaém, em Alagoas, em Porto Calvo, no Recife. Foi quando o governador — involuntariamente — acabou por concordar com o sargento-mor Manuel Lopes Galvão: o troféu necessário era a cabeça de Zumbi.

Tantas foram as buscas empreendidas que, em novembro de 1695, conseguiram capturar Antônio Soares. Foi o bastante. Torturado e seduzido pela promessa de misericórdia, Soares revelou o valhacouto do grande chefe.

Finalmente, pôde Pernambuco assistir ao espetáculo por que tanto esperara: espetada num chuço grosseiro, a cabeça de Zumbi foi exibida no Recife, em praça pública.

Mas não por muito tempo. Porque Zumbi, mortal eterno, atingindo o ápice do seu ideal, tinha diluído a própria individualidade, disseminando-se como um ente coletivo. Nenhum dos filhos de Deus ousou semelhante grandeza.

Assim, vez por outra, Pernambuco continuava a ver o rosto de Zumbi. Até em mulheres; até em crianças; até em brancos.

Por isso a angústia dos que vêm às cercanias de Palmares ou simplesmente contemplam a serra da Barriga: porque se esconde naquelas matas uma possível negação da singularidade dos seres e da própria ontologia humana; porque, vagando pelas brenhas, certamente ainda há algum Zumbi para morrer.

O último neandertal

Em 1844, encerrado na biblioteca de sua residência, aldeia de Lagoa Santa, província das Minas Gerais, Peter Wilhem Lund, renomado naturalista, fumava cachimbo e meditava sobre um fragmento de crânio humano.

— Não há argumento racional que me assegure que este indivíduo não pensasse como eu.

E soltou uma larga baforada.

O doutor Lund era um grande conhecedor da fauna extinta daquela região. Nos últimos anos, vinha formando uma convicção cada vez mais espantosa a respeito das semelhanças entre as espécies de animais existentes e aquelas ossadas desconhecidas. Tinha descoberto que — a partir dos padrões mais antigos — poderia obter os contemporâneos através de pequenas modificações formais. Raciocinando historicamente, pôde estabelecer um *continuum* entre espécies primitivas e modernas. Isso seria bastante para que inferisse uma teoria evolutiva dos seres vivos.

Todavia, a inteligência do doutor Lund era suficientemente pérfida para incluir o próprio homem em suas conclusões. Na gruta do Sumidouro, onde havia uma lagoa subterrânea, o naturalista

deparou esqueletos humanos misturados a uma fauna extinta, certamente muito antiga. Aquelas caveiras medonhas, quase disformes, teriam sustentado feições bem diferentes das dos homens atuais; só que o raciocínio empregado na observação das demais ossadas lhes era perfeitamente extensível.

A mais estranha das caveiras — exatamente sobre a qual meditava naquele instante — possuía uma saliência incomum sobre as órbitas, como se os olhos daquele indivíduo também tivessem vivido sob cavernas. A hipótese de que ele e aquele ser eram apenas aspectos de um mesmo *continuum*, unicamente submetido às leis gerais da natureza, perturbou-lhe a mente de maneira profunda.

— Se o homem é feito à imagem e semelhança de Deus, esse Deus é quase um símio.

Atordoado por tais pensamentos, tomado de um forte sentimento de culpa, o doutor Lund não chegou a formular a teoria mais cruel de todo o século XIX, que viria a consagrar, quinze anos depois, a inteligência sem angústia do naturalista Charles Darwin.

Naquele mesmo ano abandonou suas conjecturas. Não quis mais discutir o assunto. Recusou-se a receber eminências científicas. Sequer tomou conhecimento do impressionante achado do doutor Fuhlrott, em 1856, na localidade de Neandertal, antiga Renânia, cujas analogias com aquele crânio aberrante seriam anunciadas em 1938 pelo desacreditado professor Hella Pöch. Desinteressou-se de suas próprias explorações, a ponto de não ter sido ele a descobrir outra caveira de traços supra-orbitais ainda mais salientes, que viria a desaparecer, envolvida num estranho caso de fraude acadêmica. Parece que passou a beber. Morreu em 1880.

Em 1932, instalado num acampamento móvel, em Kanjera, no Quênia ocidental, o doutor Louis Leakey, renomado arqueólogo, fumava cachimbo e meditava sobre um fragmento de crânio humano.

— Não há argumento racional que me convença de que este indivíduo pensasse como eu.

E soltou uma larga baforada.

O doutor Leakey era quase um descrente: o orgulho da humanidade já o tinha envolvido. Os pedaços de esqueleto que acabara de desenterrar lhe pareciam extremamente primitivos, tanto pela morfologia quanto pela fauna extinta a que se associavam. Comparava um crânio recém-achado aos de Kabwe, Rodésia do Norte (hoje Zâmbia), descobertos em 1921, pertencentes ao chamado *homem da Rodésia*, de aspecto francamente neandertalóide. Sabia que os neandertais e seus similares constituíam os hominídeos *prae sapiens* mais evoluídos. Mas não chegava a ter horror: procurava se convencer de que não eram homens como ele.

Tal serenidade, todavia, não era absoluta. Sentia jamais poder dimensionar o grau exato da capacidade intelectual dos indivíduos fósseis. Todas as teorias existentes baseavam-se no testemunho dos objetos líticos; mas eram testemunhos insignificantes, pois as verdadeiras instituições do homem derivavam da palavra. Atormentava-se com a possibilidade de que o primeiro grande salto humano tivesse sido dado por um primata daqueles.

O doutor Leakey procurava indagar daquele crânio qual o instante preciso de ruptura entre as duas humanidades, que elemento da inteligência tinha diferenciado o *Homo sapiens* dos homens das cavernas.

Enquanto fumava o cachimbo, o doutor Leakey não percebia sofrer de forma pungente, porque não via meios de discernir sua própria identidade, como que perdida no material orgânico daquele vasto reino animal.

O velho kung mastigava pacientemente seus últimos bocados de carne, cercado pelos olhos ávidos de vários rapazes que nada sabiam e que ainda não haviam terminado de comer porque só tinham fome de conhecimento.

— Nós queremos aprender a história do homem — insistiram.

— A primeira raça de homens — começou o velho — era irmã dos macacos; e também vivia nas árvores; e também sentia frio. Até que o mais sábio dentre eles conseguiu roubar o fogo de Thora, o criador. Foi quando os homens desceram das árvores; e quando os animais passaram a ter medo dos homens; e quando o homem se tornou inimigo de todos os bichos.

“A partir desse dia, a raça antiga inventou quase toda a riqueza que hoje nos pertence: a caça, a música, a indústria e a linguagem.

“Todavia, a raça antiga era terrivelmente feia. Ao perceber isso, Thora, o vaidoso, moldou a nossa raça, muito mais bela, e estabeleceu as primeiras leis. Inicialmente, dividiu os homens em famílias. Mandou sepultar os mortos. Proibiu a raça antiga de casar

entre si, determinando que só tivessem filhos com gente da nossa raça. E quis que todos os gêmeos fossem sacrificados, para que não houvesse pessoas com nomes iguais.

“Com a mistura de sangues, a raça antiga foi desaparecendo, até que se extinguiu. A nossa raça passou a dominar o mundo sozinha e aperfeiçoou a sabedoria anterior. Mas até hoje preservamos a lei dos casamentos cruzados para sempre lembrar a origem da fortuna e do poder do homem.

A narração impressionou fundamentalmente os ávidos rapazes; havia naqueles rostos uma beleza verdadeiramente humana, porque oriunda de um orgulho sem limites. Então um deles indagou qual era o nome do sábio que roubara o fogo.

Subitamente, o velho kung se viu sem resposta. Refletiu por vários minutos, mas não se deu conta de jamais ter ouvido o nome desse ancestral glorioso. Sentiu ruir naquele instante toda uma vida dedicada à memória coletiva.

Levantou-se e foi contemplar o poente. Aquilo nunca lhe tinha acontecido. Estava desapontado. Não conseguia se perdoar por uma falha que ignorava não ser sua. De repente, tomou consciência de que estava olhando na direção do deserto do Kalahari; e teve uma estranha sensação de horror ao vazio e à pobreza. Mas era só sensação; porque não podia saber que naquele exato momento uma outra raça de homens negros e altos se preparava para conquistar o sul do mundo e encurralar a descendência dos kung, precisamente naquele deserto.

O velho nambiquara tentava encontrar nos mitos primevos a coerência interna das leis herdadas pela tribo, mas não conseguia convencer nem a si mesmo. Tinha perdido a paz desde que a filha da sua mulher mais nova quisera saber a razão de não se chamarem uns aos outros pelo nome verdadeiro.

— Você deve ter esquecido o elemento principal — disse a menina. — É melhor repetir a história.

O velho acedeu, resignado.

— Antes de nossa tribo ter surgido sobre a terra, os terríveis kren já dominavam a imensidão dos cerrados com sua fúria homicida. Certo dia, um grupo de caçadores kren encontrou um bando de homens horrendos, muito pobres e muito fracos. Imediatamente, o bando foi atacado; as mulheres, raptadas; os homens, assassinados. Só alguns conseguiram se evadir.

“Os fugitivos, então, foram viver em cavernas subterrâneas. E da união entre as mulheres capturadas e os guerreiros kren nasceram os nambiquara. Mas nossa semelhança com a tribo dos horrendos fez que os kren nos expulsassem.

“Passamos a viver vagando, até que deparamos nossos ancestrais. Foi quando nos revelaram que formavam a primeira tribo humana, inventora da caça.

“Mas a convivência se tornou impossível, pois eles praticavam o incesto, além de proibirem que se chamassem as pessoas pelo nome próprio.

“O tempo passou, e os homens horrendos, isolados no seu universo sem ordem, desapareceram. Por isso, para não atormentar os seus espíritos, evitamos pronunciar os nomes próprios em voz alta.

Mas a menina impertinente não se deu por satisfeita.

— Em nenhum momento há qualquer explicação racional para o comportamento dos nossos ancestrais. Não posso admitir uma atitude humana fundada no instinto. Essa narrativa está incompleta.

Cuspiu no chão e se internou no meio do mato, imitada em seguida pelo resto da assistência.

O velho nambiquara ficou sozinho. Mas não estava magoado. Percebia na filha da mulher mais nova uma inteligência fina, profunda, capaz de atingir a essência dos problemas teóricos.

Sua revolta, então, voltou-se naturalmente para os kren. Aqueles facínoras eram os verdadeiros culpados. Sentiu pesadamente o contraste entre a pobreza do seu povo e a opulência dos que o haviam desprezado. Lembrou a indignação da menina; e teve a sensação de que um dia os kren pagariam seus crimes de uma forma ou de outra. Mas era só sensação, porque não podia saber que uma tribo de homens peludos e brancos se preparava para andar os mares; e que não tardaria à descendência kren o dia do seu próprio massacre.

Há mais de cem mil anos, nos vales formados pela grande fenda tectônica da África oriental, provavelmente ao sul do lago Turkana, surgiu uma forma hominídea mais inteligente que o *Homo erectus*. Tal inteligência estava calcada na capacidade de conceituar entidades discretas na realidade contínua, a que se associava um

sistema de formação de símbolos sonoros, capazes de descrever inequivocamente qualquer desses conceitos.

Dotado de pensamento lógico e de linguagem, o novo hominídeo expandiu-se rapidamente pela velha África, alcançando também a Europa, a Ásia e a Oceânia. Todavia, em virtude da própria dispersão geográfica, variantes superficiais dessa espécie começaram a se desenvolver. Foi quando emergiu, não se sabe precisamente em que ponto, uma raça distinta, caracterizada pela retração das arcadas supra-orbitais e pelo desenvolvimento do queixo.

Então, há cinqüenta mil anos, no extremo sul do continente africano, um bando de homens da nova raça encontrou-se com homens da raça primitiva. Houve luta e alguma morte, com vitória dos primeiros.

No entanto, a carnificina generalizada, que seria natural, não ocorreu. Pela primeira vez na história, os vencedores submeteram os vencidos. E o bando capturado pôde testemunhar o florescimento das instituições basais das civilizações vindouras.

Destituídos de todo senso prático, os homens da nova raça estabeleceram acasalamentos com os cativos neandertalóides. Estes, impossibilitados de se acasarem entre si, aprenderam — estarrecidos — o complexo sistema de classificação dos indivíduos segundo as linhas de filiação. Aprenderam a respeitar — ainda que compulsoriamente — o tabu do incesto. Aprenderam o culto à alma dos mortos e a veneração da imagem pessoal, através dos adornos e das pinturas corporais. E aprenderam sobretudo, contra toda racionalidade, que cada ser humano devia possuir um nome específico, que o diferenciasse de todos os outros.

Num dado momento, a eclosão de disputas internas possibilitou a fuga de parte dos neandertais que se recusavam a aceitar a nova ordem. Migrando para o norte, viram com tristeza que bandos de ambas as raças se convertiam sucessivamente, fascinados com a descoberta de si mesmos. Na Cantábria, tendo apenas conhecido a música e a dança, insuspeitando que pudesse haver criação estética não coletiva, se horrorizaram com a beleza das pinturas rupestres; na Melanésia, ficaram pasmos com a depuração do conceito de propriedade.

Já bastante modificados morfológicamente, mas ainda avessos às inovações culturais que haviam contagiado a quase totalidade das populações homínidas, os descendentes dos neandertais chegaram à América e se acoitaram numa região repleta de cavernas subterrâneas, há dez mil anos.

Mas pouco depois, numa irônica repetição da história, tribos de neo-índios americanos lograram descobri-los, submetendo-os à servidão. Combalidos por milênios de fuga vã, alguns membros do bando acabaram por se assimilar aos novos senhores; outros morreram de desgosto. Até que sobrou um único, velho, alquebrado, doente. Resistiu até o fim, recluso em sua gruta, em meio aos cadáveres dos seus irmãos neandertais, sem ter jamais aceito — mesmo na solidão a que se reduziu — um nome só para si.

A despeito de suas inteligências monumentais, nenhum dos quatro sábios — doutor Lund, doutor Leakey, o velho kung e o velho

nambiquara — vislumbrou a solução das respectivas angústias, que não passam de aspectos do mesmo problema.

A antropologia física pôde dar umas respostas parciais: sabemos que conceitos como *homem de Neandertal* ou *homem da Rodésia* não mais subsistem no mundo científico com estatuto de espécies distintas da nossa: são meras raças, variantes superficiais do *Homo sapiens*. Isso significa que o doutor Lund, ao supor o *continuum*, estava certo. Por sua vez, o doutor Leakey, ao se interrogar a respeito da ruptura, também acertou, ainda que incompletamente.

Porque houve ruptura quando os primeiros indivíduos da história, embora biologicamente iguais aos outros homens, criaram uma abstração da realidade imediata com a instituição dos nomes próprios, de tal forma arraigada às sociedades modernas que nem o kung, nem o nambiquara puderam imaginar a possibilidade de sua ausência.

Se os nomes comuns serviam para destacar do real tangível classes de entidades de existência meramente cognitiva, os nomes próprios desencadearam a sensação falsa de que cada pessoa era em si uma classe, uma entidade única, criando o artifício da personalidade. Os demais conceitos — alma, família, beleza, propriedade — surgiriam como atributos secundários dessa idéia.

Os neandertais refratários a tal perversão certamente anteviram os efeitos que iria produzir. Não cabe discutir se foram ou não foram mais inteligentes. Fique apenas a imagem do último deles, a um só tempo solitário e coletivo, como que a demonstrar que o indivíduo é uma falácia; que a consciência é uma falácia; que o próprio ser — em sua fumaça — também é uma falácia.

Os sábios de Tombuctu

Mesmo após a magnífica peregrinação do grande mansa Kanku Mussa a Meca, em 1324, a cidade de Tombuctu era ainda, essencialmente, sabedoria. Aliás, sempre tinha sido. Tuaregues, songais, mandingas, fulas e até os mossis, infiéis e sanguinários, procuraram alguma vez em Tombuctu a pacificação do espírito que só o conhecimento pode oferecer.

As ruas de Tombuctu não assistiam a discussões tolas. Nos mercados, preferiam ao tema do dinheiro as maiores especulações sobre fenômenos físicos e metafísicos. A ciência era pública e a principal instituição da cidade eram as assembleias, que deliberavam sobre as verdades a serem aceitas e ensinadas.

Mas os homens nunca são completamente iguais: moravam em Tombuctu dois anciãos — ou melhor, dois sábios — que juntos dominavam a maior parte do conhecimento humano. Residiam ambos bem defronte da praça onde o povo se reunia para debater, sendo um à direita e o outro à esquerda. Suas casas estavam de tal forma que o sábio da esquerda assistia ao nascer do sol sobre a casa do sábio da direita; e o sábio da direita assistia ao pôr-do-sol sobre a casa do sábio da esquerda.

Não se sabe exatamente motivado por que circunstância, mas o debate que vinha apaixonando a Tombuctu daqueles tempos girava sobre a natureza e a origem dos antagonismos conceituais.

Tudo começou quando um mossi, mercador de panos, elevou a voz durante a assembléia:

— Quando corro sobre meu cavalo e olho a paisagem, tenho a sensação de ser ela que se move. Sei que o movimento é meu porque estou sobre o cavalo. Mas nada garante não ser a terra que circule ao redor do sol.

A dúvida proposta pelo mercador provocou tal celeuma que ninguém em Tombuctu deixou de discutir o assunto. Mais povo confluía às assembléias; os mercados abarrotavam; não se diria que a multidão obstava o tráfego das ruas porque nelas a gente se sentava para debater.

Então o sábio da direita apresentou publicamente a teoria de que não só a Terra e o Sol — mas tudo tinha um movimento permanente desde que passasse o tempo; e que a percepção desse movimento variava conforme quem observasse.

Não tardou e Tombuctu decidiu, na seqüência das sessões, ser verdadeira uma nova teoria, aprofundamento da primeira, formulada pelo sábio da esquerda, segundo a qual as categorias antagônicas — repouso e movimento, dor e prazer, bem e mal *et cetera* — eram pontos de uma espécie de escala, que mudavam de estatuto conforme a circunstância da observação. Assim, o pensamento não distinguia realidades absolutas, mas posicionava os dados numa tábua de relações com valores variáveis.

Tombuctu parecia em festa; e o nome dos sábios na mais alta conta. Estavam estes justamente na praça da assembléia expondo

a tese de que apenas a verdade era invariável e irrelativa, quando surgiu um andarilho de riso debochado, fumando cachimbo e carregando um bernal. Parou no meio da praça, irritando as pessoas.

— De onde vens, andarilho?

— Como a própria Tombuctu concluiu, tanto faz responder ter vindo de Jené ou de Gao.

O povo explodiu em blasfêmias. Nunca um estrangeiro chegara à cidade para fazer graça com a ciência dos seus naturais. Os sábios de Tombuctu, atônitos, não conseguiam crer em tamanha petulância. Acalmaram o tumulto com a serenidade dos próprios semblantes e resolveram expô-lo ao ridículo.

— O andarilho, provavelmente, será vindo de bárbaras cidades — disse o sábio da esquerda.

— Para quem está na savana, hei vindo das florestas; para quem está no sael, hei vindo das savanas; para quem está no deserto, hei vindo do sael; para quem está no mar, hei vindo do deserto: venho, assim, de todos os lugares.

Ante o estupor geral, o sábio da direita intercedeu.

— Explica-nos, andarilho, qual então a razão de tua vinda.

— Não fui eu que aqui vim, mas Tombuctu que veio a mim. Embora procure o bem, devo encontrar o mal. Mas o enigma do mundo jaz no fundo do meu bernal.

A gritaria, dessa vez, foi maior. Alguns homens chegaram a erguer os punhos, protestando contra o forasteiro insolente e pretensioso. Os sábios pareciam desconcertados. E o andarilho continuou.

— Não pode haver nem pretensão nem insolência maior que a de Tombuctu, a sábia. Pelo que sei, esses dois anciãos, que julgam ter chegado à essência do conhecimento, moram nessas duas casas, em frente à praça. Mas, além de Tombuctu, há o Mali. E além do Mali, há o mundo. Não é dado conhecer a verdade a quem vê o sol da porta da sua casa.

O sábio da direita exclamou:

— Se minha interpretação estiver correta, esse andarilho pretende que a própria verdade seja relativa!

Houve um princípio de tumulto. A gente insultava. O andarilho ria e fumava cachimbo. O sábio da esquerda prosseguiu:

— Pois exatamente no momento em que chegaste, andarilho, expúnhamos a doutrina de que a verdade é uma categoria absoluta, e não uma gradação da mentira. Se assim não fosse, não poderíamos ter compreendido a natureza relativa dos demais conceitos. E seria falso todo o conhecimento humano.

— Pois bem — disse o andarilho —, os sábios terão três dias para meditar sobre tudo que conhecerem. Depois, Tombuctu virá à assembléia. Os que morarem à esquerda da praça se posicionarão à esquerda; os que morarem à direita se posicionarão à direita. Então, eu proporei o enigma; e serei escravo de quem o resolver.

E assim foi feito. No dia marcado, cada metade de Tombuctu se alinhou num dos lados da praça. Então o andarilho apareceu. Fumava o mesmo cachimbo e trazia o mesmo bernal. Mas tinha uma pequena carapuça sobre a cabeça. Caminhando perpendicularmente à reta imaginária que unia as casas dos sábios, sentou-se sobre ela e proferiu:

— Para quem é capaz de conhecer a verdade, não será difícil revelar a cor da minha carapuça.

Um frêmito de hilaridade atingiu a população; e de tal forma que quase não se ouviram as respostas simultâneas dos dois sábios. *É preta!*, disse o da esquerda; *É vermelha!*, disse o da direita. Foi quando os risos cessaram. De cada lado da praça surgiam gritos de *É preta!* e *É vermelha!*, permeados de injúrias grosseiras, num crescendo de violência e intolerância. Alguns começaram a atirar pedras. Outros se evadiram, alarmados.

Quase abandonados à multidão furibunda, os sábios se enfrentaram num vasto olhar de ódio. O andarilho, então, num gesto rápido, repôs a carapuça no bernal.

— Como julgam dominar a verdade se não podem acordar sequer sobre a cor de uma carapuça?

E riu com seu cachimbo; e foi-se embora deixando atrás de si uma Tombuctu na iminência do conflito.

Pouco mais tarde, mensageiros do mansa anunciaram que o famoso arquiteto árabe Ishaq al-Tuadin daria início, naquela praça, à construção da fabulosa mesquita de Jinguereber. Destroçada em sua crença na possibilidade lógica da cognição, perdida no caos da relatividade absoluta, Tombuctu redimiou-se na fé do Profeta, que se embasava num sistema de valores constantes.

Exceto os sábios. Desacreditados e sem função, foram trabalhadores braçais na ereção da mesquita. Mendigaram depois, aos andrajos. Passaram a invejar os ulemás que fariam a posteridade de Tombuctu. Mas nunca creram no Profeta. Nunca aprenderam uma surata do Alcorão. Rastejaram num rancor insano,

buscando compreender a natureza do conhecimento. Até morrerem, míseros, ridículos, acanhados como a própria verdade.

Os crimes da rua da Vala

Sete anos após ter sido nomeado governador de São Sebastião do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, o Onça, foi deposto pela Câmara Municipal. Os cronistas apenas referem as razões alegadas à época: o Onça tinha enlouquecido. Nada poderia ser mais falso.

Sabe-se que a inflexível administração do Onça vinha provocando incômodos na vida carioca. Fizeram escândalo suas perseguições aos padres, como no caso da ilha das Cobras; virou chacota popular o desespero dos sonegadores do quinto real e o fechamento súbito de muitas fundições "privadas"; caíram no ridículo várias figuras do poder público, inclusive o próprio ouvidor-geral, quando se obstou a incriminar cidadãos eminentes.

Apesar de todo esse empenho, Portugal não via o Onça com bons olhos. É que o governador não guardava certa proporção nos seus atos de justiça. Punia com a mesma veemência fosse um contrabandista ou um simples ladrão de galinhas. Não era razoável. Não tinha senso. Parecia mesmo um maluco, obcecado pelas idéias de ordem e honestidade.

Aqueles que o julgam tão-somente insano não suspeitam do verdadeiro tormento intelectual que o levou à morte e que talvez

tenha representado, no contexto da história ocidental, um dos maiores esforços para a compreensão do conceito de causa.

Num daqueles dias quentes do verão de 1730, o Onça levantou antes que o galo cantasse. Pretendia surpreender o movimento criminoso das embarcações clandestinas no cais. Mas não teve sorte. Alertadas ou não, o fato é que não houve descarga naquela antemanhã. Cansado de esperar pelos malfeitores, o Onça resolveu assistir ao despertar da cidade.

Começou o passeio pelos arredores da Prainha e quase dia estava na Carioca. Demorou ali até o sol nascer e retomou a caminhada, entrando em seguida pela rua da Vala. Àquela altura já fazia calor e a rua tinha um cheiro insuportável. Contemplou o grande esgoto em que tudo se degenerava, inclusive a moral da Câmara, que prometia tapar a vala desde 1649.

Súbito, algo medonho lhe chamou a atenção. Imiscuído naqueles despojos putrescentes, boiava um corpo humano. O Onça inicialmente julgou estar sonhando, mas o espetáculo era verdadeiro: havia um homem morto dentro da vala.

Foi quando começou a urrar como um desesperado, dizendo que não podia estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Em poucos instantes, um ajuntamento de pessoas, ainda metidas em roupas de baixo, cercava o governador; e uma hora depois a cidade inteira já sabia do fato.

O primeiro a ser preso foi o dono da bodega, que ficava em frente ao local onde se achava o corpo. O pobre homem jurava por todos os santos que não conhecia o defunto e que este seguramente não estivera em seu estabelecimento. O Onça, no entanto, não parecia convencido.

— O que fizeste para impedir essa morte? — era sua indagação.

Como o dono da bodega não soubesse responder, o governador não teve dúvidas em considerá-lo cúmplice.

Também foi detido um escravo, que vinha cumprir a tarefa asquerosa de despejar os excrementos senhoriais na vala.

— Estás a lançar merda à cova de teu irmão! — exclamou o Onça; e mandou pô-lo a ferros.

E houve mais: um meirinho, por ter-se recusado a anunciar publicamente a interdição da rua; um furriel, por ter mal disfarçado uma risada; um calceteiro, por não ter reparado falhas do calçamento fronteiro à bodega.

O que deixava a população intrigada era o fato de jamais ter sido levantada — nem pelo Onça — a tese de homicídio. Não havia motivo. O corpo não apresentava lesões, exceto marcas de varíola. Além do mais, o fulano era pobre e não foi reconhecido nem reclamado por ninguém. A insistência do Onça em procurar um culpado era desprovida de todo fundamento. Por isso passou a ter crédito a hipotética loucura do governador.

— A culpa nada mais é que um dos aspectos ou formas do fenômeno que chamamos *causa*. Como não há fato sem causa, decorre o corolário de que não há morte sem culpa. É o que provarei.

O ouvidor-geral escutava perplexo. Detestava o louco do Onça já de longa data, em função daquela sua mania de invadir competências. Mas nunca esteve tão indignado. Aquilo lhe parecia uma exorbitância sem precedentes.

— Vossa Senhoria dá azo a que se diga mover-lhe o caso um interesse pessoal.

— É óbvio, Excelência.

— E não tem medo?

— Não, Excelência: todo ato de justiça é um ato de vingança.

Assim que deixou o gabinete do ouvidor, o Onça foi pessoalmente dar voz de prisão a um certo Alípio, organizador de congadas, que dias após o achamento do defunto fez coroar um rei congo, precisamente na rua da Vala.

Passados cerca de dois anos da precipitação dos acontecimentos, o Onça ainda cuidava do caso. Efetuara diversas prisões nesse período, mas acabou por libertar a maioria dos suspeitos. Apenas quatro continuavam detidos, ainda que ilegalmente. Eram eles o dono da bodega, o Alípio das congadas, uma tal de Das Dores —

que, embora licenciosa, não exercia o meretrício — e um contrabandista do ouro das Minas, em cujo processo (curiosamente) não havia imputação por essa qualidade.

A acusação se fundava nos mesmos elementos: eram todos vis, residiam na rua da Vala, não conheciam o fulano e eram capazes de produzir alguma forma de alegria.

O ouvidor já considerava tudo isso um caso de hospício e só não representava à Corte Metropolitana por uma espécie de fobia ao escândalo.

— Creio, Senhor Governador, que não se deva dar tamanha repercussão à morte de um fulano que, pelo aspecto exterior, não pode ter sido gente muito boa.

O Onça, no entanto, parecia insensível.

Na verdade, essas eram as últimas tentativas do ouvidor-geral para dissuadir Vahia ou talvez encontrar algum nexo causal entre as circunstâncias alegadas contra os réus e o falecimento do fulano.

— É tudo muito estranho, caro Vahia: o tal Alípio é acusado com base num ato praticado ulteriormente ao pretenso crime; a cachopa Das Dores é uma simples condescendente, que não teria forças para cometer um assassinio; o dono da bodega é dos bons homens que não vêm a estes trópicos meter-se em enrascadas; e o contrabandista deveria ter sido acusado de um outro crime, muito maior — a meu ver — porque atinge o erário real. Se tais notícias chegam a Lisboa, o governo não se sustenta.

Mas o Onça não se preocupava com o cargo. Tinha chegado a uma hipótese fecunda sobre a natureza da culpa e queria demonstrá-la a todo custo.

— É preciso que se entenda, Excelência, que as causas não são necessariamente fenômenos que antecedem os efeitos. Entre causa e efeito existe meramente uma relação de verossimilhança, uma implicabilidade recíproca de natureza lógica e não factual. O homem que morreu era um homem triste. E os que Vossa Excelência chama suspeitos são homicidas cruéis, porque nada poderiam ter feito por ele.

O ouvidor só pôde responder com um esboço de pilhéria:

— O Senhor Governador já chegou a cogitar de que o criminoso não seja residente à rua da Vala?

O Onça, então, teve consciência de que estava sendo injusto. Não com aqueles que acusara, mas porque talvez nunca chegasse a identificar todos os responsáveis. A provocação do ouvidor-geral fê-lo ver claramente que era uma arbitrariedade cingir-se aos moradores da rua. O crime estava por toda aquela cidade risonha e imunda que ele julgava conhecer tão bem.

Quando foi deposto, semanas após, não teve coragem de pronunciar nenhum protesto. E os quatro prisioneiros retornaram à Vala comum.

Quando acordou para morrer, o fulano lavou o rosto na fonte da Carioca. Chegou a empurrar algumas escravas que já enchiam suas talhas, mas ninguém percebeu.

Desceu, depois, até a rua Direita. Esbarrou nos transeuntes, pisou no pé da vendedora de cocada, xingou um alferes. Ninguém reclamou.

Foi andando, em seguida, até a rua da Vala. Tinha fome e por isso bateu à porta do contrabandista, que fundia ouro, nos fundos do prédio. Ninguém atendeu.

Ficou, então, vagando pela rua, aspirando o odor do esgoto. Entrou na bodega e pediu aguardente, mas não foi servido. Observou as pessoas: estavam todas alegres, satisfeitas. Sentiu-se embriagar rapidamente, apenas com o cheiro do álcool alheio. E teve vontade de falar.

De pé sobre uma pequena banquetta, o fulano começou a discursar para o povo da bodega, inclusive para o Alípio das congadas, que bebia, cercado de festeiros. Como ninguém lhe desse ouvidos, passou a berrar, enfurecido, com os olhos injetados, sacudindo os braços.

Desceu da banquetta; rasgou a própria camisa; fez tombar mesas; quebrou uma cadeira; espatifou vários copos; atirou garrafas nas paredes.

Indignado ante a impassibilidade geral, voltou à rua. Dali mesmo, da porta da bodega, injuriou de forma vil a moça Das Dores, que continuou à janela, visível e feliz. Cuspiu ainda sobre alguns passantes e, sem que ninguém notasse, projetou-se para o fundo da vala.

Esteve ali o resto do seu último dia, resfolegando, cansado, sorvendo daquela água pútrida, até morrer.

Só no dia seguinte, depois de morto, é que foi visto pelo governador. Passou a vida inteira sem ter conseguido provocar nenhuma espécie de efeito.

O legado do governador Luiz Vahia Monteiro, o Onça, compõe-se de diversos volumes sobre ampla matéria administrativa. Não há uma única linha a respeito do episódio da rua da Vala.

Não se pôde saber, portanto, a que conclusões teria chegado. Deduz-se apenas que estabeleceu o fim de dois preconceitos muito antigos: o da culpabilidade como função da consciência e o da causalidade como função do tempo.

Não obstante, a memória do Onça continua indelevelmente maculada com a pecha injusta da loucura, como se não bastasse a calúnia que lhe lançou o Alípio das congadas: de que fora ele mesmo, Vahia Monteiro, o responsável pelo corpo incógnito, encontrado sem vida no fundo da vala.

O mérito de Féti

*Depois de tudo analisado,
muito naturalmente ocorre esta pergunta:
para que foi feita a pirâmide?*

(Júlio Diamantino de Moura:
Uma história entre lendas, 1957)

A indignação do professor Childs, responsável pela equipe de especialistas que escavou e estudou o sítio da pirâmide de Féti, no país umbundo, era mais que justa: à exceção dos ossos de um único esqueleto, o material coletado na exploração tinha desaparecido. É óbvio que murros dados à mesa não teriam o condão de restituir as relíquias furtadas, mas todos entenderam não ser aquele um momento racional.

Na verdade, os que ficaram no acampamento, na noite do incidente, estavam dominados por três sentimentos distintos: revolta (que compartilhavam com o professor Childs), culpa (pelo que não tinham razão) e curiosidade. Os dois primeiros são fáceis de entender, mas o último parece menos evidente.

É que só depois do acontecido as mentes mais serenas começaram a vincular fatos que então passaram por banais. Por exemplo, a persistência de alguns nativos, que se ofereciam para trabalhar de graça nas escavações; a frequência com que se conversava em voz baixa, mesmo na língua da terra; a presença inexplicavelmente hostil de um grupo de bosquímanos (pequenos, amarelos, enrugados, esteatopígicos e paleolíticos), que andaram rondando o acampamento às vésperas do furto — além de uma

série de pequenos episódios agora classificáveis como etapas de uma conspiração.

No entanto, o que provava a sinistra ocorrência de uma ação premeditada eram as próprias peças subtraídas: uma machadinha de ferro, de feição estranhamente tosca, e apenas um dos esqueletos encontrados, que se associava à referida machadinha — num contraste significativo com o esqueleto que restara intacto.

O crime ainda assumia dimensões mais graves porque fora cometido contra a principal contribuição de Childs à arqueologia do sítio: a descoberta de mais uma galeria, além das prospectadas pelo aventureiro Júlio de Moura nos anos quarenta, que ficava num nível inferior às outras e era a única a conter documentos.

Resolveu-se não publicar o resultado da pesquisa enquanto os ladrões continuassem incógnitos. E tentaram dar início à busca tomando como pista aqueles dados esquivos e inconsistentes. Só não sabiam que estavam já no fim de uma longa história.

Féti não teria sido quem foi se o irmão de sua mãe não fosse adúltero, se o adultério não fosse crime, se a respectiva pena não fossem multas e se os homens ricos não pagassem dívidas com escravos.

Pois assim foi: o irmão da mãe de Féti ainda tocava os seios da esposa de um homem do clã do ferro, quando foram surpreendidos, pelo próprio marido.

O tribunal impôs ao adúltero uma indenização pesada, que este pagou com gado bovino e humano. Féti, o sobrinho, estava entre

eles.

Féti também não teria sido quem foi se, depois de alguns anos de trabalho nas roças de sorgo, não tivesse sentido uma sede incômoda, contraparte fisiológica de uma funda depressão. Foi quando largou da enxada e saiu.

Como a depressão fosse maior que a sede, procurou refúgio a umas duas léguas dali, na furna de uma rocha, encoberta por vegetação mais espessa, de onde manava a água fresca de um arroio. Sentou, recostado nas pedras, e se deixou invadir pelo silêncio. Féti não teria sido quem foi se o mesmo silêncio não lhe tivesse permitido ouvir o berimbau de Mutwa, o anão. Pouco depois, era o próprio Mutwa quem emergia das folhas.

Olimila ochivela

katundele k'oko

(Trabalha para o ferro, mas não saiu de lá.)

A toada era uma provocação. Furioso, Féti dissimulou até que Mutwa se aproximasse, quando saltou sobre ele, atirou o berimbau nas pedras e o prendeu pelos punhos.

— Quem você pensa que é, pequeno desgraçado?

— Sou apenas Mutwa, o tocador de berimbau que você acaba de quebrar.

— Eu podia te matar, miserável!

— Isso não te daria a liberdade, nem me devolveria o berimbau.

O argumento era definitivo. Féti afrouxou lentamente a pressão dos dedos. A raiva tinha passado e ele olhava o berimbau com um

certo remorso. De repente, notou algo estranho.

— Como conseguiu esse fio de ferro, ladrão amarelo?

— Uns pretos me deram, em troca de aprenderem a tocar. Soa mais bonito que a tripa. Se você fosse ferreiro, pediria mais alguns.

Dessa vez, contudo, Mutwa falou e correu. Féti não conseguiu agarrá-lo; e voltou a sentar, desconsolado. Então, enquanto Mutwa, o anão amarelo, recolhia a preciosa corda do seu instrumento e se ria intimamente, Féti meditava sobre sua humilhação.

Não teria sido quem foi se não tivesse concluído que, até no mundo primitivo de Mutwa, o destino de um homem tinha de ser feito de ferro.

Assim, cresceu em Féti uma determinação ímpar: violar o segredo do clã em que servia. Passou a observar a rotina dos ferreiros, suas conversas, suas atitudes. Não desprezava nenhum detalhe: nem um trocadilho, nem um olhar, nem um silêncio. E começou a desvendar, nesses mínimos indícios, pequenas relações sistemáticas, que o levaram a deduzir ser o fogo o principal mediador entre a pedra e o objeto.

Pôde identificar o minério exato que se prestava ao trabalho; compreendeu a função das chamas; e intuiu — ainda numa forma embrionária — o princípio da fundição.

Mas não parou aí. Penetrou furtivamente a zona proibida onde ficava a forja dos mestres do clã. Espionou. Invadiu. Profanou. E após vários meses de longa e contínua reflexão, talhada com o rigor

lógico das inteligências superiores, concebeu a arquitetura de uma fornalha e o esquema teórico de todo o processo metalúrgico.

Depois, foi só mais algum tempo, num lugar ao abrigo de olhos alheios, até que Féti forjasse do nada a sua primeira machadinha de ferro.

No início, quase ninguém acreditou. O consenso era que Féti roubara a machadinha. Só que ninguém a reclamava nem reconhecia nela o padrão das machadinhas fabricadas pelos ferreiros do país. O furto, se houve, se praticou contra estrangeiros — o que não era crime.

Contudo, volta e meia, Féti apresentava um novo objeto de ferro, que dizia ser de sua indústria: uma faca, uma ponta de flecha, uma enxada.

Não tardou e todos se convenceram, alarmados, de que o jovem escravo comungava do mistério do ferro; e, como a verdade fosse inverossímil, foi prontamente acusado de feitiçaria.

— Creio — falava o chefe do conselho de linhagens — não restarem dúvidas de que o conhecimento só se transmite pela palavra. Como nenhum dos ferreiros admite ter iniciado Féti em sua arte; como não há povo em nossa vizinhança capaz de trabalhar o ferro; e como Féti nunca empreendeu nenhuma viagem de maior distância, conluo ser o acusado detentor de um poder que prescinde da palavra e da solidariedade humanas para engendrar seus efeitos. Precisamente o que este conselho tem decidido ser a forma mais abjeta de feitiçaria.

Não foi necessária qualquer razão adicional. E coube ao ancião do clã dos ferreiros proclamar a sentença:

— O feiticeiro terá o exílio — proferiu friamente.

Indignado, mas altivo, Féti não se demorou. Recolheu seus pertences e se dirigiu à fuma rochosa onde um dia encontrara Mutwa e decidira ser quem foi.

Todavia, o nome de Féti não deixou de ser pronunciado. E logo correu a notícia de que sobrevivia, soberbo, não muito longe do país natal. Para temor de todos, dizia-se a meia voz que se tornara um exímio caçador de elefantes.

Mas os homens nunca são completamente justos: havia muitos, entre a gente de Féti, que o consideravam mais herói que feiticeiro. Eram os que ele vinha aliciando, lenta e veementemente, contra a tirania do rei e a justiça do conselho de linhagens.

Primeiro foram os caçadores que — sempre espontâneos, impelidos por uma espécie de fascínio pela grandeza — se aproximaram daquele escravo que tinha dominado o ferro e o espírito animal: sozinho. E Féti, imenso, generoso, distribuía seu conhecimento sem reserva: ensinava metalurgia, ensinava caça; não como quem ministrasse disciplinas independentes, mas aplicando um único princípio de pensamento a domínios particulares da atividade humana. O mesmo princípio com que discutia as sentenças do tribunal e modelava a indignação coletiva.

Assim, a fama de sua inteligência e de sua nobreza foi-se espalhando surdamente. E vieram os infelizes, os injuriados, os

preteridos, os escravos. Féti ia formando o seu exército. Até que, ainda sozinho, decidiu debelar à lança o poder constituído. Ainda sozinho, infiltrou seguidores nas hostes reais. E também sozinho concebeu o plano e as armas que o fizeram rei dos ovimbundos.

Porque a batalha não chegou a ser tão longa. Féti se tornou um soberano unânime. E, como tivesse atingido aquele cume solitariamente, revelou ao povo seu conceito de justiça:

— As pessoas serão o que mereçam ser.

E esta foi, por algum tempo, a única lei no reino de Féti.

Embora houvesse lido e relido o relatório de Júlio de Moura, o professor Childs ainda não tinha chegado a uma teoria convincente das reais motivações do saque.

Esse Júlio de Moura — um simples curioso — fora o primeiro europeu a dar notícia da pirâmide que os ovimbundos consagravam a um certo Féti, espécie de herói civilizador e antepassado mítico do povo. O monumento já se achava parcialmente demolido, e o explorador decidiu completar o trabalho, na ânsia de ter descoberto o lendário tesouro de Lubengula, rei dos matabeles.

O esforço foi em vão: desenterrou, de dentro da pirâmide e de sob sua base, muitas enxadas, setas, facas, malhos, ossos e nenhuma riqueza substancial. Expôs dezenas de fossos vazios e inúteis. Levantou lajes que guardavam somente terra virgem. Pensava em desistir quando identificou a primeira galeria subterrânea. Recobrou ânimo, mas escavou apenas outro buraco vazio. Detectou uma segunda galeria e o resultado foi idêntico. E, assim, numa sucessão que parecia interminável, Júlio de Moura foi prospectando túneis que não continham nada, até abandonar o sítio, completamente decepcionado.

Alguns fatos, todavia, soaram notáveis ao professor Childs, que julgava ver neles a essência do mistério. Primeiro: Moura referira a má vontade dos nativos em proceder às escavações — a mesma má vontade de que fora testemunha e que se transformara em disputa árdua pelo trabalho quando se descobriu a última galeria. Segundo: a ossada oculta — e a sua machadinha — era não só conhecida como imbuída de um sentido extraordinário. Terceiro: o relatório menciona que a disposição das setas e de outros objetos no interior da pirâmide parecia apontar para locais determinados, como que a sugerir esconderijos — que depois se revelaram falsos.

Mas não parecia plausível que alguém concebesse todo aquele engenho para dissimular o verdadeiro local onde se depositaram a machadinha e seu detentor. E o arqueólogo chegou a imaginar que o esqueleto desaparecido pudesse ser o do próprio Féti. Mas em seguida riu dessa ingênua fantasia e lembrou que se dedicava a uma ciência séria. Ainda que superior à dos poetas e à dos magos, porque fazia reviver os mortos.

Raros são os que criam mundos como espelhos de si mesmos. Féti foi um desses.

Sentado num trono forrado com peles de leopardo, ao lado de Choya, a esposa principal, o jovem rei presidia a cerimônia de eleição dos novos membros do tribunal que substituíra o extinto conselho de linhagens, a que se tinha acesso conforme a inteligência e a conduta moral. Estava justamente absorto na

dissertação de um dos candidatos quando foi perturbado por uma cantiga envolvente:

Olofuka vilema
nda upika

(As dívidas pesam como a escravidão.)

Féti não pôde deixar de reconhecer Mutwa, que surgia do fundo da assistência, acompanhado do berimbau e de mais alguns anões da sua tribo. Com um gesto, conteve o ímpeto agressivo dos guardas e a indignação da assembléia. Tinha uma velada simpatia por aquele petulante e não partilhava do desprezo vulgar que se votava aos amarelos.

— Espero que você tenha um bom motivo para interromper uma sessão solene — advertiu Féti, simulando austeridade.

— Creio ter acabado de entoá-lo, rei dos pretos. Como ninguém parecesse compreender, Mutwa decidiu ser explícito:

— Venho cobrar uma antiga dívida do rei, da época em que não passava de um simples servo no clã dos ferreiros.

Não houve um único murmúrio. Féti tinha uma expressão entre a incompreensão e o assombro. Tentava revolver os fatos do passado mas não recordava absolutamente nada.

— Ninguém ignora — disse Mutwa — que o grande Féti, hoje rei, é possuidor de imensas riquezas: gado, roças de sorgo, estoques de marfim, armas de ferro, direitos sobre árvores e águas. Uma parte desses bens, contudo, me pertence. E estou aqui para exigí-la.

As reações foram várias: alguns aguardavam uma explicação do rei; outros insultavam; os guardas cercaram os intrusos, apontando as lanças.

— E qual o fundamento dessa reivindicação absurda? — interpelou Féti, serenando outra vez os ânimos.

— Com base na única lei do reino. Ninguém desconhece que a lei de Féti é a lei do mérito; que só o mérito conduz à riqueza e ao poder. Féti não seria rei sem Mutwa. Vim dividir para fazer justiça.

Ninguém conseguiu entender. Nem mesmo Féti. Lembrava o encontro com Mutwa e não via nada que pudesse legitimar aquela pretensão. O bosquímano prosseguiu:

— O rei nega que fui eu, Mutwa, quem o humilhou quando ainda era escravo?

— Não — admitiu Féti.

— Nega que foi essa humilhação que despertou sua dignidade latente?

— Não.

— Nega que só começou a ser quem é depois daquele dia?

— Não.

— Portanto — concluiu —, na raiz das conquistas de Féti estão as cantigas de Mutwa. O mérito também é meu.

Ninguém ousou um argumento contrário. A lei era clara. A demanda, justa.

Pouco depois, os companheiros de Mutwa regressavam com um carregamento de armas e marfim, usufruto assegurado sobre alguns rios e pomares e a promessa de um tributo anual em cereais e manteiga.

O prestígio do rei não se abalou tão facilmente. Havia apenas uma certa inquietação, que não chegava a perturbar a prosperidade geral. E talvez o incidente até viesse a ser esquecido se não fosse a súbita irrupção, na ombala real, do irmão da mãe de Féti.

— Exijo uma audiência com o filho da minha irmã! — berrava irritado, enquanto tentava se desvencilhar dos guardas.

Féti, magnânimo apesar do rancor, teve a complacência de conceder a entrevista. Mas, quando trouxeram aquele ser empobrecido à sua majestade, não pôde deixar de agir de maneira vulgar:

— O que pode um homem vil como este pretender de um rei? — indagou presunçoso, desviando o rosto.

— Posso pretender a quitação da dívida que tem o rei comigo — respondeu o outro.

E fitou o soberano com um olhar altivo, o mesmo olhar do tempo em que fora rico e exercera sobre ele um poder absoluto.

— A única coisa que te devo, velho decrépito, é uma grande sova que te arranque esse couro de hiena — vociferou, erguendo-se do trono.

— Creio — redargüiu o tio — não ser honra para um rei mandar surrar seu maior benfeitor.

Féti estremeceu. Pressentiu aonde o levaria aquele raciocínio e tentou reagir.

— Tudo que conquistei devo unicamente a mim, enquanto estive banido e me era vedado o convívio com qualquer pessoa!

— O rei se engana — contrapôs o outro —; nada teria sido possível se eu não o tivesse dado ao clã dos ferreiros. Vim reclamar

sobre um mérito anterior.

Assim, começou a se formar uma legião, que também se considerava parte dessa cadeia causal: a adúltera dos belos seios, sem a qual não teria havido crime; o marido ultrajado, sem o qual não teria havido vítima; os parentes do marido, sem os quais não teria havido alembamento a ser indenizado.

E não ficou só nisso: vieram também os membros do antigo tribunal, os ferreiros, os caçadores, os primeiros aliados militares do rei. Enfim, o país inteiro. Féti já não tinha com que ressarcir a todos.

Nenhum povo, como os ovimbundos do oitavo século, compreendeu de forma tão plena que a história humana é um evento único.

Então, Féti se viu cercado em sua ombala, defendida por uns restos de soldados fiéis. Não era propriamente um assédio organizado, mas um violento protesto dos que se arvoravam em credores do rei. Mas já não havia riqueza para satisfazer às reivindicações.

No auge da crise, tendo previsto o desenrolar dos acontecimentos, Féti decidiu ocultar o tesouro remanescente em lugar ermo, para depois fugir e tentar a reconquista. Escolheu para isso o local de uma antiga povoação, abandonada há várias gerações, em virtude da peste que tinha ali grassado e dizimado muita gente. Acreditava que o temor do contágio mantivesse a região insuspeita. Ainda assim, por precaução, mandara escavar,

em segredo e a homens de confiança, grande quantidade de túneis e fossos, para despistar eventuais ladrões. Era seu intento, não divulgar nem mesmo a tais aliados qual dos buracos seria o escolhido.

Tentou essa última manobra numa noite sem lua. Tendo prometido receber os chefes dos clãs, escapou furtivamente com suas mulheres e um pequeno séquito, ao mesmo tempo que fazia difundir o boato de que seguira exatamente na direção oposta.

O resultado foi um desastre: a multidão indignada invadiu a ombala e trucidou os ocupantes, enquanto um grupo de guerreiros e caçadores partia em seu encalço.

Mas o estratagema surtiu efeito. Féti ganhou tempo e atingiu, incólume, a aldeia despovoada. Só não imaginava que entre os seus também houvesse credores.

Então, Féti e Choya foram assassinados e sepultados na mais profunda das galerias escavadas. Da fazenda real, só aquela primeira machadinha de ferro — conservada como um símbolo da sabedoria do rei — não foi roubada.

O tumulto provocado pela fuga e pela morte de Féti atingiu proporções extremas. As lutas pela sucessão foram sangrentas; a repressão aos bosquímanos, hedionda. A caça ao tesouro do rei se tornou verdadeira obsessão. Especialmente quando, pouco depois, um sobrevivente do massacre da ombala revelou o plano da fuga. Visando à divisão do espólio, empreendeu-se uma perseguição cruel

aos regicidas, que terminou com a morte de todos eles. Por isso, nunca se soube a localização precisa do túmulo real.

Assim, a argúcia de Féti pôde triunfar: os corpos continuaram ocultos na multiplicidade de buracos vazios.

A desorganização da sociedade levou a um empobrecimento rápido. A fome provocou um sentimento coletivo de culpa, e Féti começou a ser objeto do culto dos antepassados.

Mais tarde, num momento novamente próspero, foi erguida a pirâmide. E é fácil entender como os mitos assumiram a forma que têm hoje. Embora pareça que os fatos históricos nunca tenham sido completamente esquecidos. Pelo menos é o que sugere o malogro da expedição arqueológica.

Nem o professor Childs nem qualquer outra pessoa chegou a conhecer a verdade daquela noite. Podemos apenas inferir que os ovimbundos e os bosquímanos da região se lançaram outra vez na cobrança ávida, insaciável e infinita dos seus quinhões. E não se pode crer que uma machadinha de ferro e um punhado de ossos tenham satisfeito a tantos.

Todavia, ironicamente, para engano de todos, o esqueleto profanado foi o de Choya — e não o de Féti. Os ladrões desconheciam não ser do lendário rei a ossada que se associava à machadinha. Porque Choya, sutilmente, no último gesto de sua vida, a tinha escondido sob seus panos.

Alcácer Quibir

para Mário Arrais

A verdade é que ninguém viu el-rei dom Sebastião morrer. Com certeza, isso não seria razão suficiente para que prosperasse a lenda de seu milagroso regresso. Há, porém, fatos que nos levam a inferir outras conclusões, não exatamente a de que el-rei viva, mas ao menos a de que não tenha morrido em Alcácer Quibir.

O depoimento do valente cruzado Afonso Gomes de Mendanha é estarrecedor: tendo lutado, como sempre, à retaguarda, e sabendo que el-rei, valoroso e despojado, combatia à dianteira, muito estranhou quando bradaram às suas costas:

— El-rei morreu! El-rei é morto!

Bento de Casais Forcado, fidalgo d'alta bravura, afirmou categoricamente que — a despeito da instância de diversos nobres e algum povo — o corpo de el-rei foi apresentado aos recém-cativos totalmente envolto num manto de linho branco, por exigência moura, que hoje sabemos infundada.

O testemunho mais eloqüente, todavia, vem dos cruzados anônimos, aqueles que não lograram assistir ao embarque real e por isso deixaram o Tejo fortemente abatidos; os que não viram el-rei durante a batalha; e todos os que protestaram contra a arbitrariedade do cardeal que acompanhou as hostes lusitanas,

responsável pela tutela espiritual de el-rei, por não permitir que Sua Majestade saísse do confinamento de sua tenda para levar uma palavra de coragem portuguesa aos cristãos.

Não podemos esquecer as queixas do capitão da nau real, magoado pelo cerco quase que obsessivo de certos nobres e alguns criados a Sua Majestade — o que não teria permitido ao triste navegante um único momento de contato com el-rei.

Elementos menores são ainda impressionantes: nenhum dos aios reais retornou a Portugal e não se tem notícia de que houvessem permanecido cativos no Marrocos; dos quatro nobres que compunham o séquito pessoal de el-rei, três morreram na fatídica batalha e o remanescente foi condenado por inquisidores, sem que se possam — hoje — localizar os autos do respectivo processo.

Os mistérios que cercam a morte de dom Sebastião não são inferiores aos que envolvem sua pequena vida. Os dados copiosos que os cronistas referem nada acrescentam, já que não passam de estereótipos portugueses, dedutíveis *a priori*. Sabe-se apenas que tinha os olhos baços, enfumados; e que gostava de maçãs.

Também possuía hábitos estranhos. Sistemáticamente escapava à corte e se ia encafuar num antigo castelo do século XI, no Algarve, perto de Faro, apenas acompanhado do confessor e de um aio. Jamais se descobriu a razão exata desses desaparecimentos súbitos, mas suspeita-se tenha sido nesse castelo que el-rei traçava o plano de suas batalhas e se dedicava a estudar os vaticínios que versavam sobre sua pessoa.

Não casou; não fez amigos; quase não se dirigia à gente miúda. Ainda assim, o povo o esperaria retornar, numa manhã de nevoeiro, para libertar e redimir.

Pouca gente sabe que *Sir Isaac Newton*, no ano seguinte à publicação dos seus *Principia mathematica*, partiu de Ipswich, atravessou o canal da Mancha e ganhou o Atlântico. E os que pouco sabem ficam nisso.

As cogitações mais freqüentes ousam a hipótese de uma viagem a um ponto qualquer da linha do equador, para pesquisa de fenômenos gravitacionais, ou imaginam mesmo uma visita à Grécia, em busca de manuscritos aristotélicos.

Não se pretende chocar, mas o fato é que Newton aportou em Sagres.

Não haveria motivo para mais conjecturas não fossem dois fatos singulares: o primeiro foi a descoberta, entre papéis rejeitados pela Torre do Tombo, de uma correspondência ou — mais precisamente — de um envelope borrado e rasgado, com selo de um convento das proximidades de Faro, endereçado à Universidade de Cambridge. Não é possível ler o nome do destinatário; e nem é necessário mencionar que a missiva propriamente dita se encontra extraviada.

O outro fato — é triste admitir — provém da violação de um segredo confessional. Soube-se que um certo Gonçalo Mendes, metido com o lucrativo negócio dos coches, se consumia em penitências por haver roubado, ou melhor, por haver abusado da boa-fé de um inglês, quando cobrou excessiva quantia por um percurso de Sagres a Faro.

Não querendo subestimar a erudição de quem quer que seja, basta referir que o prédio onde se instalava o convento era o de um antigo castelo do século XI; que o caso do confessor se deu após a edição *princeps* do livro de Newton; e que *Sir* Isaac inferiu as leis gerais da gravitação observando o movimento das maçãs.

São Luís do Maranhão, cidade de assombrações e azulejos, também foi, de certo modo, palco da história intrigante de dom Sebastião.

Contam que lá viveu um negro forro, tido por feiticeiro, de barbas brancas e olhos baços. Parecia ter adquirido instrução regular, mas se contentava em vender frutas e legumes de porta em porta, num carro puxado por um boi cansado e preto.

Embora acreditassem no seu poder de encantar certas pessoas e pô-las alienadas, não chegava a ser temido. Pelo contrário, tinha algo de ridículo aquele velho, indo no seu carro de boi, segurando na mão esquerda uma vara de marmelo e tendo na outra um caju maduro, que atirava para cima e apanhava, continuamente, sem parar. Fazia isso de forma compenetrada, murmurando para si mesmo, como quem contasse.

Para vê-lo irritado, as crianças lhe repetiam uma lenda corrente sobre dom Sebastião — que viveria em São Luís no corpo de um touro negro, esperando o beijo de uma donzela para tornar à forma humana. Era quando o feiticeiro corria atrás da molecada, brandindo a vara de marmelo e espraguejando de uma maneira incompreensível.

Foi condenado à fogueira em 1764.

Os autos não são claros: afirmam que "...disseminava entre pessoas cultas sua doutrina satânica da aleatoriedade das leis de Deus". Essas "pessoas cultas" não constam do processo e nunca foram identificadas. Acusam-no também de ser "intolerante com a infantil pureza" e de manifestar "ojeriza à redenção católica da humanidade". Fato curioso é que não se lê nenhuma menção à prática de bruxaria, apesar de sua fama de feiticeiro.

O documento mais importante, contudo, é um presuntivo depoimento do nosso estranho personagem, no que confessa não passar aquela sua mania de "um método para calcular a ordem de grandeza da falibilidade das causas".

Não fossem óbvias as relações do feiticeiro dos cajus com o nosso mistério, teria passado despercebido que em 1738 fundeou em São Luís uma nau de procedência algarvia. Entre os vinte e nove desembarcados estava um padre; e impressionará dizer que este padre, também, tinha os olhos baços.

Em 1859, o convento de Faro continuava de pé. E nada parecia poder perturbar aquela paz católica, quando morreu o pobre zelador do velho edifício. Os padres lhe destinaram uma sepultura simples, condizente com um ofício humilde. E decidiram enterrá-lo num dos perdidos cantos do vasto cemitério do convento.

Qual não foi sua surpresa quando, ao escavarem os sete palmos de terra, toparam uma espécie de cisterna com tampo de pedra, que ocultava um esqueleto humano.

Causou grande consternação o fato de não haver na superfície nenhuma lápide ou mesmo cruz que indicasse ser aquela a última morada de um anônimo cristão. Na comovente e malograda tentativa de identificação do morto, que se seguiu à descoberta, não chegou a ser levado em conta — talvez por afoiteza — um singelo epitáfio inscrito numa das lajes laterais: *hic obliuiscendus Rex iacet.*

Sabemos agora o que ocorreu em Alcácer Quibir — ou, antes, o que não ocorreu.

É fato que dom Sebastião acalentava, desde 1576, o sonho de pôr fim ao reino mouro do Marrocos. E certamente andava com seu confessor metido pelo castelo de Faro, de onde comandava a organização da campanha, que só aconteceria dois anos depois.

Pois bem, foi exatamente nessa época que se deu o estranho sucesso que modificaria definitivamente nossa compreensão do mundo: el-rei, em sua sala de estudos, tomando de uma maçã trazida pelo aio, atirou-a para o alto, num gesto de lúdica felicidade, como quem acaba de ter uma bela idéia; e estacou estupefato ao constatar que a maçã — como seria de esperar — não caiu.

Ao estado geral de torpor seguiu-se naturalmente a busca sôfrega da solução de um problema tão inopinado quanto inoportuno. Apenas dignidades eclesiásticas foram convocadas a considerar o assunto — o que se coadunava com a personalidade real, avessa às matemáticas. Em conseqüência, aquele singular prodígio, aparentemente inexplicável, passou a ser considerado ameaça à estabilidade da fé nas leis de Deus.

Não teria sido sensato acusar el-rei de bruxaria: os padres não o fizeram. Mas é provável que tenham procurado dissuadi-lo de comentar o fenômeno ou mesmo tentado afastá-lo do convívio dos nobres. São desse período — entre 1576 e 1578 — as melhores figurações do semblante de el-rei; e é nesse período que os olhos de el-rei se embaçam. Dom Sebastião começava a compreender.

O risco de ruptura do equilíbrio interior de cada ser humano acabou levando os doutos da Igreja a enclausurar definitivamente Sua Majestade. Esse fato se deu — é óbvio — antes de Alcácer Quibir.

O plano dos padres se nos afigura cristalino: fazer passar el-rei por morto. E assim o exército cristão foi preparado, mercenários foram contratados, fortuna imensa foi consumida, famílias inteiras foram aniquiladas, Portugal ruiu — para que o mundo não conhecesse.

É desnecessário repisar as evidências de que dom Sebastião sequer embarcou para a África. E o resto da história dominamos bem.

Os eclesiásticos passaram a tutelar o segredo da maçã e fizeram do castelo um convento. Em princípio, os que chegavam a saber do acontecido — em virtude do posto ou de circunstâncias menores — eram orientados a desprezar e esquecer o que viam ou ouviam. Volta e meia, porém, alguns olhos se embaçavam; e não se hesitou em impor a morte aos que tentaram desvelar ao mundo o mistério encerrado no convento.

É possível que *Sir* Isaac Newton tenha sido instado a contribuir com algum consolo racional para aquela angústia de mais de um século e dar explicações que eliminassem de vez a ameaça de

subversão das consciências. Em todo caso, de nada adiantou a visita do matemático — incapaz àquela altura de enxergar o óbvio.

Pode-se ter certeza apenas que só após 1688 a maçã — então suspensa no ar, desafiando o próprio conceito de realidade — foi removida daquela posição iníqua. Talvez do próprio Newton tenha sido o alvitre de se lhe aplicar um tapa; mas isso não interessa.

O que de fato importa é que homens de olhos baços não cessaram de surgir e de transmitir o conhecimento. Foi assim com o padre que veio ter ao Maranhão — certamente o preceptor do feiticeiro de São Luís, aquele que não suportava a lenda tola do regresso de el-rei; que não suportava a fé; que não suportava a esperança. Foi este o discípulo que mais se aproximou do mestre real; e é graças a ele que hoje sabemos que um fenômeno só pode ser tido como necessário após uma observação infinita.

Em 1908, em meio à comoção do regicídio, não repercutiu como devia a injusta excomunhão de um padre algarvio, que oficiava em Lisboa e tinha os olhos baços. Consta que a proscricção nasceu de uma infâmia: um adversário do padre vasculhara suas anotações pessoais, tendo descoberto um texto de pequena extensão, mas de teor herético e quiçá ateísta. Eis seu excerto principal:

“Acima de toda mesquinhez humana, dessa miséria moral que infesta a humanidade, paira a mensagem de dom Sebastião, rei de Portugal e do Descobrimento verdadeiro.

Que a Criação resulta tão-somente da convergência de grandes acasos; que — ante a dimensão infinita do tempo — não passa de

instantânea coincidência toda essa ordem aparente que estrutura o mundo. E é pena que o feiticeiro de São Luís não tenha chegado a calcular o quanto há de dúvida nisso que nos cerca.

É este o sentido destes olhos baços: fuga à percepção ilusória do tempo e do espaço.

Do fundo do seu túmulo humilde de rei esquecido — como o quiseram os padres de Faro — dom Sebastião continua ensinando. Sobretudo não esperar; não crer.”

Sobre esta edição

Quase dez anos depois de ter concluído este livro, foi difícil resistir à tentação de mexer no texto — excetuadas, é claro, as correções necessárias.

Não sei dizer se foi preguiça, se foi respeito pelo “momento” da obra, o que me fez desistir da idéia. Num caso, contudo, tive que mudar, radicalmente.

Na primeira edição do *Elegbara* dei o nome de Mairapecum à personagem que agora se chama Suaçutinga, no conto “A primeira comunhão de Afonso Ribeiro”.

Só percebi muito depois, quando estudei melhor, que Mairapecum (que significa, aproximadamente, “língua dos antigos feiticeiros”) era um nome inverossímil demais, que nunca teria pertencido a um dos nossos antepassados tupis.

E o nível de verossimilhança que a história exige não me permitia chegar a esse grau de licença. Daí ter preferido uma opção mais condizente com os dados históricos. É pelo menos uma forma de

reverenciar aqueles homens tão fascinantes, de quem somos, no mínimo, a continuação biológica.

alberto mussa

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub
pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A.